

**INSTITUTO DOCTUM DE EDUCAÇÃO E  
TECNOLOGIA**

**CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO**

**ANÁLISE DO *SOFTWARE* E-CIDADE SOB A ÓTICA DA  
NORMA NBC TSP 07 ATIVO IMOBILIZADO**

**LUCAS VINÍCIUS AZEVEDO**

**Caratinga  
2017**

**LUCAS VINÍCIUS AZEVEDO**

**ANÁLISE DO SOFTWARE E-CIDADE SOB A ÓTICA DA NORMA NBC TSP 07  
ATIVO IMOBILIZADO**

Monografia apresentada ao Curso de Ciência da Computação das Faculdades Integradas de Caratinga como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciência da Computação orientada pelo Prof. Wanderson Nascimento.

Caratinga

2017



## INSTITUTO DOCTUM DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

### FOLHA DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: ANÁLISE DO SOFTWARE E-CIDADE SOB A ÓTICA DA NORMA NBC TSP 07 ATIVO IMOBILIZADO, elaborado pelo aluno LUCAS VINÍCIUS AZEVEDO foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo curso de Ciência da Computação do Instituto Doctum de Educação e Tecnologia, como requisito parcial da obtenção do título de

**BACHAREL EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO.**

Caratinga, 11 de dezembro, 2017

Wanderson Miranda Nascimento

Jonilson Batista Campos

Elias de Souza Gonçalves

## RESUMO

O uso de softwares como ferramentas de trabalho vem sendo cada vez mais comum e necessário para acompanhar o ritmo cada vez mais veloz e exigente do mercado global. Para fomentar a adequação e inclusão dos entes públicos nesse aspecto, o Governo Federal disponibiliza um portal contendo Softwares Públicos Brasileiros (SPB) com diversas soluções de gestão.

Tendo em vista o cenário de convergência do setor público brasileiro provenientes das normas NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), que vem gradualmente sendo submetidas à mudanças nos últimos anos, foi selecionada a norma NBC TSP 07 Ativo Imobilizado como critério de análise por ser uma norma que causará grande impacto na gestão pública, e entrará em vigor a partir do ano de 2018, levantados esses pontos concluiu-se que é de grande importância a existência de softwares aptos a serem utilizados como auxílio nesse processo de regularização dos entes públicos.

Através de pesquisas realizadas, foi selecionado o *software* e-Cidade como objeto de estudo, e delimitado ao módulo patrimônio do mesmo, considerando o enfoque patrimonial apresentadas pelas mudanças propostas pela NBCASP.

Para realizar a análise da ferramenta foram realizados dois métodos de avaliação paralelamente. Primeiramente foi realizado uma interação teste com o sistema, simulando inclusão de um bem e avaliando a mesma a partir de critérios levantados sob a ótica da NBC TSP 07. Posteriormente um questionário com os mesmos critérios foi submetido à profissionais relacionados ao *software* e-Cidade, e a partir da participação de 12 respondentes no preenchimento do formulário, foram feitas análises comparativas entre os resultados do teste e da opinião desses profissionais.

**Palavras-chave:** e-Cidade, NBCASP, Software Público Brasileiro;

## ABSTRACT

The use of software as a working tool has become increasingly common and necessary to keep up with the ever faster and more demanding pace of the global market. To foster the adequacy and inclusion of public entities in this regard, the Federal Government provides a portal containing Brazilian Public Softwares (SPB) with several management solutions.

In view of the scenario of convergence of the Brazilian public sector coming from NBCASP (Brazilian Accounting Standards Applied to the Public Sector), which has been gradually subject to changes in recent years, NBC TSP Fixed Assets was selected as the criterion for analysis as it is a rule that will have a great impact on public management, and will come into effect as of 2018. After these points were reached, it was concluded that it is of great importance the existence of software suitable to be used as aid in this process of regularization of public entities.

Through the research carried out, e-Cidade software was selected as the study object, and delimited to the property module in the software, considering the patrimony approach presented by the changes proposed by NBCASP.

In order to carry out the analysis of the tool, two methods of evaluation were carried out in parallel. Firstly, an interaction test in the system was performed, simulating the inclusion of a property and evaluating it, based on criteria raised from the perspective of NBC TSP 07. Subsequently, a questionnaire with the same criteria was submitted to professionals related to e-Cidade software, and from the 12 respondents in filling the form, comparative analyzes were made between the test results and the opinion of these professionals.

**Keywords:** e-Cidade, NBCASP, Brazilian Public Softwares;

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, pela sua infinita bondade, e por ter me concedido capacidade e força para concluir mais essa etapa na caminhada da vida.

Aos meus pais, irmãos e familiares que carinhosamente me apioaram, proporcionaram condições para estudar e me deram forças para superar os obstáculos e dificuldades.

A todos os meus amigos que me incentivaram, e me apoiaram, em especial ao Eduardo, Renan, Laísa, Camila e Maicon, que estenderam a mão e pude contar com o auxílio, paciência e conforto em cada momento desta jornada.

Agradeço também aos professores pelos ensinamentos compartilhados.

*“Portanto dele, por Ele e para Ele são todas as coisas. A  
Ele seja a glória perpetuamente! Amém”.*

Romanos 11:36

## ABREVIATURAS E SIGLAS

4CMBR – Comunidade, Conhecimento, Colaboração e Compartilhamento dos Municípios.

5CqualiBr – Portal de Qualidade de Software Público.

CACIC – Configurador Automático e Coletor de Informações Computacionais.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

GNU – *GNU's Not Unix.*

GPL – *GNU General Public License.*

IPSAS – *International Public Sector Accounting Standards.*

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

SPB – Software Público Brasileiro.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| FIGURA 1: Estrutura tecnológica adotada..... | 19 |
| FIGURA 2: Tela cadastro de bens 1.....       | 29 |
| FIGURA 3: Tela cadastro de bens 2.....       | 30 |
| FIGURA 4: Tela dados do imóvel.....          | 32 |
| FIGURA 5: Tela criação de comissão.....      | 33 |
| FIGURA 6: Tela membros da comissão.....      | 34 |
| FIGURA 7: Tela resumo do bem.....            | 35 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                 |    |
|---------------------------------|----|
| GRÁFICO 1: Questão 1.....       | 42 |
| GRÁFICO 2: Questão 2.....       | 42 |
| GRÁFICO 3: Questão 3.....       | 44 |
| GRÁFICO 4: Questão 4.....       | 45 |
| GRÁFICO 5: Questão 5.....       | 46 |
| GRÁFICO 6: Questão 6.....       | 47 |
| GRÁFICO 7: Questão 7.....       | 48 |
| GRÁFICO 8: Resultado final..... | 51 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| TABELA 1: Normas NBCASP.....                           | 22 |
| TABELA 2: Calendário da Convergência do País.....      | 23 |
| TABELA 3: Critérios de avaliação.....                  | 38 |
| TABELA 4: Identificação do bem imobilizado.....        | 38 |
| TABELA 5: Mensuração do bem.....                       | 39 |
| TABELA 6: Comissão avaliadora.....                     | 40 |
| TABELA 7: Emplacamento.....                            | 40 |
| TABELA 8: Reflexo do patrimônio no valor contábil..... | 40 |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>14</b> |
| <b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>                               | <b>15</b> |
| <b>2.1. Software livre e software público .....</b>               | <b>15</b> |
| <b>2.2. Portal de software público brasileiro .....</b>           | <b>16</b> |
| <b>2.3. Soluções para gestão pública .....</b>                    | <b>17</b> |
| <b>2.4. E-cidade .....</b>  | <b>18</b> |
| <b>2.5. NBCASP .....</b>  | <b>20</b> |
| <b>2.5.1. NBC TSP 07 ativo imobilizado .....</b>                  | <b>24</b> |
| <b>3. METODOLOGIA .....</b>                                       | <b>28</b> |
| <b>3.1. Primeira fase: identificação do objeto de estudo.....</b> | <b>28</b> |
| <b>3.2. Segunda fase: estudo da norma NBC TSP 07 .....</b>        | <b>28</b> |
| <b>3.3. Terceira fase: aplicação do teste.....</b>                | <b>29</b> |
| <b>3.4. Quarta fase: elaboração do questionário .....</b>         | <b>35</b> |
| <b>3.4.1. Público alvo.....</b>                                   | <b>35</b> |
| <b>3.4.2. Desenvolvimento do questionário.....</b>                | <b>35</b> |
| <b>3.4.3. Coleta e tratamento de dados .....</b>                  | <b>37</b> |
| <b>4. RESULTADOS.....</b>   | <b>38</b> |
| <b>4.1. Resultados do teste.....</b>                              | <b>38</b> |
| <b>4.2. Resultados do questionário.....</b>                       | <b>41</b> |
| <b>4.2.1. Discussão dos resultados.....</b>                       | <b>41</b> |
| <b>4.3. Comparação dos resultados.....</b>                        | <b>48</b> |
| <b>4.3.1. Identificação do bem imobilizado .....</b>              | <b>49</b> |
| <b>4.3.2. Mensuração do bem .....</b>                             | <b>49</b> |
| <b>4.3.3. Comissão avaliadora .....</b>                           | <b>49</b> |
| <b>4.3.4. Emplacamento .....</b>                                  | <b>49</b> |
| <b>4.3.5. Reflexo do patrimônio no valor contábil .....</b>       | <b>49</b> |
| <b>5. CONCLUSÃO .....</b>   | <b>50</b> |
| <b>6. TRABALHOS FUTUROS.....</b>                                  | <b>52</b> |
| <b>7. REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>53</b> |
| <b>8. ANEXOS .....</b>  | <b>56</b> |

|             |  |           |
|-------------|--|-----------|
| <b>8.1.</b> | <b>Anexo 1: autorização para pesquisa acadêmica.....</b> | <b>56</b> |
| <b>8.2.</b> | <b>Anexo 2: resumo razão por conta .....</b>             | <b>57</b> |
| <b>8.3.</b> | <b>Anexo 3: balancete de verificação .....</b>           | <b>58</b> |
| <b>8.4.</b> | <b>Anexo 4: questionário .....</b>                       | <b>60</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

A Tecnologia da Informação tem como objetivo solucionar problemas e automatizar tarefas para uma repleta área de atuação, e os benefícios alcançados quando seus recursos são aplicados de maneira correta são notáveis. É explícito o quanto a tecnologia tem avançado, e como tem se tornado cada vez mais indispensável.

Tais avanços acabam por refletir na exigência por maiores padrões de qualidade dos produtos e serviços, para garantir o máximo de proveito dos mesmos aos entes que os usufruem. Isso pode acabar agregando valor ao produto, tanto qualitativo, quanto financeiro.

Existe no Brasil uma convergência contábil, que está em curso desde 2007, e tem sido submetida desde então a grandes mudanças, para que o Brasil possa se adequar aos padrões internacionais de contabilidade. No ano de 2017 foram publicadas novas normativas, que afetarão a administração patrimonial do setor público, que é um dos setores que mais serão impactados com tais mudanças.

O Portal de Software Público Brasileiro, surgiu com a proposta de possibilitar a todos os cidadãos, acesso à soluções de software de forma gratuita, não somente o cidadão de maneira individual, como também instituições, como por exemplo municípios com baixo poder aquisitivo, podem se beneficiar dos softwares para gestão pública, oferecidos pelo portal.

Dentre as soluções ofertadas pelo portal, o e-Cidade destaca-se pelo seu crescente uso, e por atualizações recentes. Se apresenta como um sistema completo de gestão pública e que possui integração entre seus módulos de funcionamento.

Uma vez levantados tais pontos, este documento tem por objetivo avaliar o software e-Cidade, quanto à tais normativas avaliando se o mesmo está apto a atendê-las de maneira eficiente, visto que no ano de 2018 essas normas entrarão em vigor de maneira facultativa, e no ano subsequente de maneira obrigatória. Sendo assim, é de grande importância identificar a qualidade do *software* oferecido pelo governo.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo aborda os principais conceitos necessários para o entendimento do trabalho proposto. Buscou-se apresentar as definições dos conceitos que permeiam a análise proposta, através de autores e organizações governamentais que contribuíram para o desenvolvimento. Serão abordados aqui, a definição de software livre e software público; o portal de software público brasileiro; as soluções para gestão pública oferecidas pelo portal; a solução e-Cidade; a NBCASP; a norma NBC TSP 07;

### 2.1. Software livre e software público

Na década de 1970, empresas como a Microsoft se mostravam insatisfeitas pela maneira que seus programas eram redistribuídos, desejava-se um retorno financeiro pelos mesmos. Assim a indústria começou a mudar o posicionamento quanto a essa questão, passando a proibir que o software fosse copiado ou modificado, surgindo então o software fechado.

Foi nessa mesma época, que em resposta ao posicionamento da indústria, surgiram iniciativas contrárias, que visavam justamente a liberdade de melhorar e compartilhar o software, como GNU (*Gnu's Not Unix*) e a *Open Source*.(SABINO; KON, 2009)

Segundo Sabino e Kon (2009), um software pode ser considerado livre se existe a liberdade de executar o programa para qualquer propósito, liberdade para modificar o programa, liberdade para redistribuir cópias gratuitamente ou mediante a pagamento, também distribuir versões modificadas do programa para que a comunidade possa se beneficiar de suas melhorias.

O software livre pode ser distribuído em uma grande variedade de licenças, a mais utilizada é a GNU (GNU's Not Unix) *General Public License* (GPL). As licenças de uso garantem os direitos autorais dos criadores. Atualmente, o software livre é amplamente adotado no mundo, isso devido a uma de suas principais características, que é permitir o compartilhamento do código. Essa característica, trás como consequência, evitar a duplicação de esforços, uma vez que mais de uma entidade está interessada no desenvolvimento de aplicação, o custo será reduzido, e possivelmente a qualidade do produto será maior.(SABINO; KON, 2009)

O software pode ser considerado público, quando o autor renuncia a sua

propriedade, e ao não haver mais direitos associados ao mesmo, o software passa a ser um bem comum, ou seja, um bem público. (SAMPAIO, 2013)

O conceito de software público diferencia-se do software livre em alguns aspectos, destacando-se a atribuição de bem público ao software. Isto significa que o Governo (especificamente, o MPOG) assume algumas responsabilidades que garantam ao usuário do software condições adequadas de uso. Assim, a condição de bem público do software acrescenta às condições previstas na GPL algumas atribuições para entidade que libera o software no Portal. Essa entidade deve:

Prover um software com documentação completa de instalação e preparado para funcionar;

Disponibilizar um ponto focal ou uma equipe que possa fazer interlocução com a sociedade e encaminhar suas demandas;

Manter um ambiente virtual que operacionalize a comunicação com o usuário (fórum, ferramentas de controle de versão, etc);

Promover a gestão da colaboração – além da gestão da comunidade virtual associada ao software liberado, a entidade também se compromete em realizar ações para incentivar a colaboração e gestão do conhecimento produzido (por exemplo, de controle de versões). (BRASIL, 2012, p. 6 a).

Segundo a portaria publicada em 28 de setembro de 2016, um Software Público Brasileiro aplica-se ao software livre que atenda às necessidades de modernização da administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e for compartilhado sem ônus no Portal do Software Público Brasileiro, resultando na economia de recursos públicos e constituindo um recurso benéfico para administração pública e para a sociedade. (BRASIL. Portaria nº 46, de 28 de setembro de 2016)

## **2.2. Portal de software público brasileiro**

O Software Público Brasileiro (SPB), é um projeto coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por meio da SLTI (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação). O projeto teve início em 2006, com a decisão do Governo Federal de adotar o software livre como opção estratégica para o desenvolvimento de software no contexto governamental, direcionando políticas públicas.

Havia um software chamado CACIC, disponibilizado pela Dataprev, que funcionava como um inventário de infraestrutura de TI, com a iniciativa do governo das políticas públicas, seu código passou a ser aberto, em decorrência disso, foi possível ter uma percepção de que a abertura de código criava rapidamente em seu entorno, uma rede colaborativa, composta por diversos atores. (BRASIL, 2012)

O SPB se consolidou como um ambiente de compartilhamento de projetos de



software, abriga atualmente aproximadamente 70 soluções de softwares voltadas para diversos setores, e mais de 200.000 pessoas cadastradas no portal, e são acessadas até por outros países como, Uruguai, Argentina, Portugal, Venezuela, Chile e Paraguai. (SAMPAIO, 2013; SPB, 2017)

Oferece um espaço para cada software, na forma de uma comunidade, que é composta por fórum, chat, armazenamento de arquivos e downloads, wiki, lista de prestadores de serviços, usuários, coordenadores, entre outros recursos. Fazem parte, também, do SPB o 4CMBR que é um grupo de interesse em soluções municipais, o 5CqualiBr, um grupo que tem seu foco na evolução da qualidade do Software Público Brasileiro, o 4CtecBr, um portal que tem como finalidade a colaboração no desenvolvimento de tecnologias livres, o Mercado Público Virtual, que é um grupo de empresas e pessoas que prestam serviço nos softwares ofertados no portal e o AvaliaSPB, que avalia a entrada dos softwares candidatos à software público. (SILVA, 2014)

O propósito inicial do SPB foi compartilhar os softwares desenvolvidos no governo, a fim de reduzir os custos de contratação de software, mas quando notou-se a formação de comunidades em torno dos softwares disponibilizados, e as mesmas colaborando e compartilhando os resultados obtidos através do uso de tais soluções, gerou interesse em cooperativas de desenvolvimento de softwares e empresas privadas em publicar seus softwares na plataforma também. (SILVA, 2014)

Foi essa percepção do potencial que representava a participação da sociedade no desenvolvimento do software que levou o MPOG a formular o conceito de software público, e uma vez com essa base jurídico-institucional, surgiu a legalidade para a criação de um ambiente virtual para disponibilização de software na forma de software público. O modelo é definido por uma rede cuja produção se faz pela intensa participação colaborativa dos usuários, o que engloba empresas, prestadores de serviço, universidades, instituições privadas e indivíduos. (SILVA, 2014)

### **2.3. Soluções para gestão pública**

São disponibilizados através do SPB, algumas soluções de software voltadas para a gestão pública como o Prefeitura Livre, Urbem CNM e o e-Cidade. Até a data de apresentação deste trabalho, foram constatados as seguintes informações:

O Prefeitura Livre é uma ferramenta de gestão municipal, que propõe se

adequar facilmente a qualquer tamanho de município em que seja aplicado, no SPB já foi acessado 1780 vezes, e realizados 1728 *downloads*. A versão mais recente para *download* disponível, é a publicada em 2009. (SPB, 2017)

O Urbem CNM é um software livre desenvolvido de acordo com a demanda dos municípios, tendo por objetivo o aperfeiçoamento da gestão pública, através de uma visão moderna que contemple a eficiência, a economicidade, a agilidade e transparência da gestão municipal. Totalmente orientado à WEB, foi desenvolvido em plataforma de software livre, desde o sistema operacional, o sistema gerenciador de banco de dados e as ferramentas de programação. Já foi visitado 2381 vezes no SPB, e foram realizados 1848 *downloads*. A versão mais recente para *download*, é a publicada em 2016. (SPB, 2017)

O e-Cidade, disponibilizado pelo Governo Federal pelo Portal do Software Público, é um *software* de gestão municipal, que tem como objetivo informatizar e integrar os entes municipais como Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Autarquias, Fundações e outros. Com 20670 acessos, e 13141 *downloads*, é a ferramenta de gestão municipal mais buscada no portal. A versão mais recente para *download*, é a publicada em 2017. (SPB, 2017)

Tendo em vista o objetivo da análise realizada neste trabalho, dos softwares de gestão pública disponibilizados no SPB, o que mais se adéqua à proposta é o e-Cidade, uma vez que é o mais utilizado e possui uma versão mais recente.

#### **2.4. E-cidade**

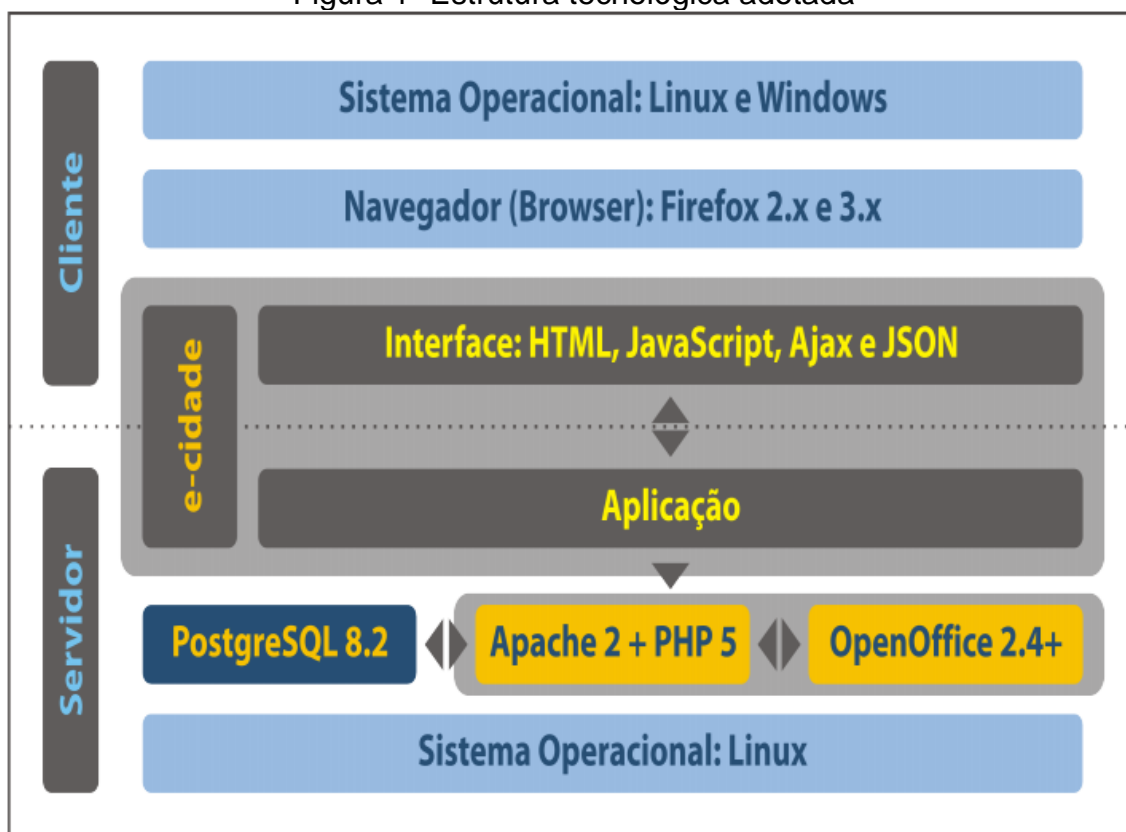
Teve origem no Rio Grande do Sul, em 2002, para atender a um determinado município. Sua primeira versão disponível no Portal do Software Público foi em 2009. Hoje é utilizado em vários municípios pelo país, se faz presente em mais de 500 entidades públicas nos estados do Alagoas, Bahia, Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Rondônia (DBSELLER, 2015).

O software tem apoio do Ministério do Planejamento, e a liberação do mesmo é fruto de uma parceria entre a empresa Dbseller e a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI).

Funciona baseado na comunicação cliente e servidor. O servidor deve ser instalado no Ubuntu Linux, e precisa de alguns recursos mínimos para a instalação

como o apache, PHP, PostgreSQL e o OpenOffice, dessa forma, a interface do cliente fica acessível a partir de outros sistemas operacionais, sendo necessário apenas o navegador Firefox na versão compatível.

Figura 1 -Estrutura tecnológica adotada



Fonte: Paulo Ricardo da Silva (2010)

O sistema dispõe de uma estrutura modular parametrizável integrados, as áreas que compõem o sistema são:

- Gestor: Tem por objetivo a extração e consolidação das informações gerenciais do e-cidade, para isso é realizado um tratamento das informações e a mineração de dados. O gerador de relatórios gera uma saída para arquivos de dados que podem ser incorporados a um processo de BI (DBSELLER, 2017).
- Financeiro: Possui soluções em Contabilidade, Orçamento e Finanças Públicas que atendem os requisitos dispostos nas NBCASP e Lei 4320/1964 entre outras orientações legais (DBSELLER, 2017).
- Tributário: Através desta ferramenta é possível realizar o lançamento, controle e arrecadação de todos os tributos municipais assim como fiscalizar empresas e contribuintes. Além de permitir a liberação de documentos, como alvarás

diversos, licenças ambientais, e emissão de relatórios.

- Patrimonial: Controla e gerencia os processos de compras da instituição. Auxilia no cadastramento e controle dos contratos e convênios, além de gerar relatórios e consultas (DBSELLER, 2017).
- Recursos Humanos: Possui uma solução completa para o setor de RH e folha de pagamento. É possível obter informações sobre a vida funcional do servidor desde a sua nomeação até a exoneração, realiza procedimentos como geração de DIRF, RAIS, SEFIP e CAGED (DBSELLER, 2017).
- Educação: Dispõe de uma solução completa para o ambiente escolar, provendo suporte para alunos, professores, funcionários, secretaria de educação e prefeitura municipal. Gerencia a organização escolar, biblioteca, alimentação escolar, com possibilidade de integração direta ao almoxarifado do município (DBSELLER, 2017).
- Saúde: É uma solução completa para a rede básica de saúde do município, desde o controle de agendamentos e atendimentos nas unidades de saúde, passando pelo transporte de pacientes através de TFD, gerenciamento da farmácia básica e laboratórios conveniados à prefeitura, além do controle e fiscalização de campanhas de vacinação e programas de hiperdia (DBSELLER, 2017).
- Assistência Social: O objetivo deste produto é o controle dos benefícios sociais fornecidos pelo governo municipal, estadual e federal, interagindo com a base do Cadastro Único do governo federal, possibilitando a emissão de diversos relatórios para auxiliar os profissionais do controle social CRAS e CREAS (DBSELLER, 2017).

O sistema e-Cidade se mostra uma ferramenta completa, e em conformidade com as normas e regras que permeiam a administração pública. O uso do sistema pode trazer benefícios para a administração como a rapidez para armazenar a informação, facilidade de acesso a informação, agilidade na execução dos processos, e uma visão clara de todos os setores envolvidos no sistema.

## **2.5. NBCASP**

O Brasil passou, e ainda passa por um momento de convergência na

contabilidade do setor público, esse processo iniciou-se com o fenômeno da globalização e a internacionalização das economias, uma vez que constatado a existência de diferentes sistemas contábeis praticados no país, surgiu a necessidade de aumentar a comparabilidade dos padrões para que pudesse assim elevar a qualidade das informações contábeis (SILVA, A.C, et al, 2012).

Apesar dessa necessidade ter surgido do setor privado, rapidamente estendeu-se ao setor público, onde se fazia necessário uma compatibilidade de informações, para possibilitar a comparação entre os resultados alcançados pelo governo assim ampliando a qualidade da evidenciação contábil.

(...)A necessidade de evidenciar com qualidade os fenômenos patrimoniais e a busca por um tratamento contábil padronizado dos atos e fatos administrativos no âmbito do setor público tornou imprescindível a elaboração de um plano de contas com abrangência nacional. Este plano apresenta uma metodologia, estrutura, regras, conceitos e funcionalidades que possibilitam a obtenção de dados que atendam aos diversos usuários da informação contábil (BRASIL, 2016, p. 21).

Em 2008 foram divulgadas as normativas NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público), que entraram em vigor em 2009. Para elaborá-las o CFC (Conselho Federal de Contabilidade), baseou-se nas normativas da IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*) que são padrões globais de alta qualidade para a elaboração de demonstrações contábeis por entidades do setor público e têm sido utilizados nos principais processos de reforma observados ao redor do planeta (CFC, 2008).

No Brasil, a convergência está sendo conduzida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que criou, em 2007, o Comitê Gestor de Convergência para o desenvolvimento das ações necessárias. O Ministério da Fazenda, por sua vez, determinou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o desenvolvimento de ações para promoção da convergência por intermédio das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) editadas pelo CFC (SILVA, A.C, et al, 2012).

Em 2008, o CFC emitiu as primeiras dez NBCASP, dando início ao processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade pública. Em virtude desse processo, a maneira a se fazer a contabilidade do setor público sofreu grandes impactos, dentre as mudanças é possível destacar o foco no patrimônio, que até então era voltado apenas para o resultado fiscal.(SILVA, A.C, et al, 2012)

As resoluções CFC nº 1.128 a 1.137, de 2008 aprovaram o conjunto das NBCASP, conforme observado na Tabela 1:

Tabela 1 – Normas NBCASP

| NBC T         | Assunto   |
|---------------|---|
| NBC T SP16.1  | Conceituação, objeto e campo de aplicação                                 |
| NBC T SP16.2  | Patrimônio e sistemas contábeis   |
| NBC T SP16.3  | Planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil                   |
| NBC T SP16.4  | Transações no setor público   |
| NBC T SP16.5  | Registro contábil   |
| NBC T SP16.6  | Demonstrações contábeis   |
| NBC T SP16.7  | Consolidação das demonstrações contábeis                                  |
| NBC T SP16.8  | Controle interno  |
| NBC T SP16.9  | Depreciação, amortização e exaustão                                       |
| NBC T SP16.10 | Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público |
| NBC T SP16.11 | Subsistemas de custo  |

**Fonte: BRASIL (2008)**

Foi estabelecido um cronograma de adoção das normas, para que até ao final de 2014, todo setor público estivesse em conformidade com a NBCASP, no entanto, até o ano de 2015 o processo de implantação do NBCASP ainda não havia sido bem sucedido, haviam dificuldades na adequação das normas, principalmente pelos procedimentos envolvendo patrimônio. Então, em 2016, realizou-se uma revisão no processo de convergência, e foram estipulados novos prazos, tendo como meta até 2021 estar concluído o processo de convergência da contabilidade pública aos padrões internacionais (BRASIL, 2008).

Desde a revisão do processo de convergência em 2016, o CFC e o STN firmaram o Acordo de Cooperação Técnica, com o a finalidade de consolidar e disseminar as NBCASPs, para contribuir para a evolução da contabilidade do setor público. O Acordo prevê o apoio à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para a implantação das NBCASPs, editadas pelo CFC, por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público(MCASP), da STN, que será divulgado por meio de publicações, eventos e cursos de capacitação. A partir do firmamento do acordo, foi estipulado um calendário de convergência no país, que gradualmente vão substituir as antigas NBCASPS, pelas novas NBC TSP, segue o calendário:

Tabela 2: Calendário da Convergência do País

| Norma  | Publicação |
|--|------------|
| NBC TSP Estrutura conceitual   | set/2016   |
| NBC TSP 1 - Receita de transações sem contraprestação                      | out/2016   |
| NBC TSP 2 - Receita de transações com contraprestação                      | out/2016   |
| NBC TSP 3 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes         | out/2016   |
| NBC TSP 4 - Estoques   | dez/2016   |
| NBC TSP 5 - Concessões de serviços públicos                                | dez/2016   |
| NBC TSP 6 - Propriedades para investimento                                 | ago/2017   |
| NBC TSP 7 - Ativo imobilizado  | ago/2017   |
| NBC TSP 8 - Ativo intangível   | ago/2017   |
| NBC TSP 9 - Ajuste ao valor recuperável de ativos não geradores de caixa   | ago/2017   |
| NBC TSP 10 - Ajuste ao valor recuperável de ativos geradores de caixa      | ago/2017   |
| NBC TSP 11 - Apresentação das demonstrações contábeis                      | mar/2018   |
| NBC TSP 12 - Demonstração dos fluxos de caixa                              | mar/2018   |
| NBC TSP 13 - Balanço orçamentário  | mar/2018   |
| NBC TSP 14 - Encargos de empréstimo e financiamentos                       | mar/2018   |
| NBC TSP 15 - Benefícios a empregados                                       | mar/2018   |
| NBC TSP 16 - Demonstrações contábeis em separado                           | set/2018   |
| NBC TSP 17 - Demonstrações contábeis consolidadas                          | out/2018   |
| NBC TSP 18 - Investimento em coligadas e negócios conjuntos                | out/2018   |
| NBC TSP 19 - Contratos conjuntos   | out/2018   |
| NBC TSP 20 - Evidenciação de participações em outras entidades             | out/2018   |
| NBC TSP 21 - Combinações de atividades e entidades no setor público        | out/2018   |
| NBC TSP 21 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e erros           | ago/2019   |
| NBC TSP 22 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio                      | ago/2019   |
| NBC TSP 23 - Eventos subsequentes  | ago/2019   |
| NBC TSP 24 - Contratos de construção                                       | ago/2019   |
| NBC TSP 25 - Operações de arrendamento mercantil                           | abr/2020   |
| NBC TSP 26 - Agricultura   | abr/2020   |
| NBC TSP 27 - Instrumentos financeiros: Apresentação                        | abr/2020   |
| NBC TSP 28 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração         | abr/2020   |
| NBC TSP 29 - Instrumentos financeiros: evidenciação                        | abr/2020   |
| NBC TSP 30 - Divulgação de informação contábil sobre o setor governo geral | fev/2021   |
| NBC TSP 31 - Informação por segmento                                       | fev/2021   |
| NBC TSP 32 - Evidenciação de partes relacionadas                           | fev/2021   |
| NBC TSP 33 - Adoção inicial  | fev/2021   |
| Novas normas (publicadas pelo IPSASB/IFAC a partir de 01/2017)             | set/2021   |

Fonte: Página do Conselho Federal de Contabilidade.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://cfc.org.br/noticias/plano-de-convergencia-na-contabilidade-publica-preve-implantacao-de-procedimentos-ate-2021/>> Acesso em out. 2017.

Um estudo realizado em 2016, constatou que a Contabilidade aplicada ao Setor Público, está intrinsecamente ligada ao controle do patrimônio público. Sendo assim o Patrimônio deixa de ser mero coadjuvante e passa a ter a sua devida importância, dentro do cenário. Grande parte da NBCASP faz referência ao Patrimônio Público, definindo os procedimentos quanto as aplicações (FREITAS, 2016).

(...) a Contabilidade Pública poderá evidenciar de maneira mais fidedigna os valores de seu Patrimônio Público, dando maior suporte, orientando e suprimindo o processo de tomada de decisão por parte dos gestores públicos, a prestação de contas aos órgãos de controle e, principalmente a operacionalização do controle social.(FREITAS, 2016, p. 32).

### 2.5.1. NBC TSP 07 ativo imobilizado

Essa norma foi selecionada como objeto de estudo, sendo ela uma normativa que traz uma nova definição ao tipo de ativo, o que causa impacto ao processo de patrimonial no setor público.

Compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público. Nesse aspecto, devem ser atendidos os princípios e as normas contábeis voltadas para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais. O Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto. O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público (CASP) visa a contribuir, primordialmente, para o desenvolvimento deste aspecto.(BRASIL, 2016, p. 23)

O CFC aprovou a norma NBC TSP 07 no dia 22 de setembro de 2017, ela foi elaborada de acordo com a IPSAS 17, ela traz o conceito de ativo imobilizado que deve ser implementado ao setor público, em caráter obrigatório, a partir do dia 1º de janeiro de 2019.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, considerando o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais e que, mediante acordo firmado com a Ifac, que autorizou, no Brasil, o CFC como um dos tradutores de suas normas e publicações, outorgando os direitos de realizar tradução, publicação e distribuição das normas internacionais e demais pronunciamentos em formato eletrônico, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea “f” do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), elaborada de acordo com a IPSAS 17 – Property, Plant, and Equipment, editada pelo International Public Sector Accounting Standards Board da International Federation of Accountants (IPSASB/Ifac). (BRASIL, 2017)

O MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) traz algumas definições, que foram baseadas na própria norma NBC TSP 07:

- O ativo imobilizado: é definido como o objeto corpóreo que destina-se a manutenção das atividades da instituição, ou para fins administrativos que se



mantenha por mais de um exercício.

É o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período (exercício) (BRASIL, 2016).

- **Bens móveis:** são considerados como bens móveis, os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força de terceiros, sem que o item seja danificado.

Bens móveis: compreende os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. Por exemplo, máquinas, aparelhos, equipamentos, ferramentas, bens de informática móveis e utensílios, materiais culturais, educacionais e de comunicação, veículos, bens móveis em andamento, dentre outros (BRASIL, 2016).

- **Bens imóveis:** são os bens que não podem ser removidas de um lugar para outro sem destruição.

Bens imóveis: compreende os bens vinculados ao terreno que não podem ser retirados sem destruição ou dano. Por exemplo, imóveis residenciais, comerciais, edifícios, terrenos, aeroportos, pontes, viadutos, obras em andamento, hospitais, dentre outros (BRASIL, 2016).

A MCASP ainda classifica os bens imóveis como:

- a) **Bens de uso especial:** compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas, como imóveis residenciais, terrenos, glebas, aquartelamento, aeroportos, açudes, fazendas, museus, hospitais, hotéis dentre outros.
- b) **Bens dominiais:** compreendem os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreende ainda, não dispondo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, como apartamentos, armazéns, casas, glebas, terrenos, lojas, bens destinados a reforma agrária, dentre outros.
- c) **Bens de uso comum do povo:** podem ser entendidos como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público.
- d) **Bens imóveis em andamento:** compreendem os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos. Exemplos: obras em andamento, estudos e projetos (que englobem limpeza do terreno, serviços topográficos etc), benfeitoria em propriedade de terceiros, dentre outros.
- e) **Demais bens imóveis:** compreendem os demais bens imóveis não classificados anteriormente. Exemplo: bens imóveis locados para terceiros, imóveis em poder de terceiros, dentre outros bens (BRASIL, 2016).

A norma ainda classifica os bens de uso comum do povo, que são determinadas como uma classe de ativo, que se dividem em dois: ativos de infraestrutura e bens do patrimônio cultural (BRASIL, 2016).

Os ativos de infraestrutura normalmente podem ser conservados por um número significativamente maior de anos do que a maioria dos bens de capital. São assim classificados, por serem partes de um sistema de uma rede, especializados por

natureza e não possuem usos alternativos, como por exemplo redes rodoviárias, sistemas de esgoto, sistemas de abastecimento de água e energia, rede de comunicação, pontes, calçadas, dentre outros.

Alguns ativos são geralmente descritos como ativos de infraestrutura. Mesmo que não exista uma definição universalmente aceita de ativos de infraestrutura, esses ativos geralmente apresentam algumas ou todas as características a seguir:

- (a) são parte de um sistema ou de uma rede;
- (b) são especializados por natureza e não possuem usos alternativos;
- (c) não podem ser removidos; e
- (d) podem estar sujeitos a restrições na alienação;

Apesar da posse de ativos de infraestrutura não ser limitada às entidades do setor público, ativos de infraestrutura importantes são frequentemente encontrados nesse setor. Ativos de infraestrutura se encaixam na definição de ativos imobilizados e devem ser contabilizados conforme esta norma. Exemplos desses ativos incluem malhas rodoviárias, sistemas de esgoto, sistemas de abastecimento de água e energia e rede de comunicações (BRASIL, 2017).

Os bens descritos como patrimônio cultural, são assim denominadas devido a sua significância histórica, cultural ou ambiental, como por exemplo monumentos e prédios históricos, sítios arqueológicos, áreas de conservação e reservas naturais. Todavia, o reconhecimento e a mensuração desses ativos são facultativos, e podem ser tratadas com outras bases, as quais se enquadrem, além da que a para ativos imobilizados. Segundo a norma NBC TSP 07, itens do patrimônio cultural geralmente apresentam as seguintes características:

Certas características, incluindo as seguintes, são geralmente apresentadas por itens do patrimônio cultural (apesar de que estas características não são exclusivas de tais itens):

- (a) o seu valor em termos cultural, ambiental, educacional e histórico é improvável de ser totalmente refletido em valor financeiro baseado puramente a preços de mercado;
- (b) obrigações legais e/ou estatutárias podem impor proibições ou severas restrições à sua alienação por venda;
- (c) são geralmente insubstituíveis e seus valores podem aumentar ao longo do tempo mesmo se sua condição física se deteriorar; e
- (d) pode ser difícil estimar sua vida útil, que, em alguns casos, pode ser de centenas de anos (BRASIL, 2017).

Alguns itens do patrimônio cultural possuem benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços além de seu valor cultural, um bom exemplo disso é o Cristo Redentor no Rio de Janeiro, não se pode mensurar seu valor real, apenas ao calcular seu custo de construção, pois é um monumento que atrai turistas e acaba por gerar renda ao município pelo simples fato de existir, sendo assim, a base de mensuração do mesmo leva em conta mais de um critério (BRASIL, 2017).

Para situações como a citada no parágrafo anterior, o órgão público pode

constituir uma comissão avaliadora, que determinará os peritos específicos para determinar o valor contábil que o bem representa para o patrimônio.

Pelo fato de que a mensuração desse tipo de bem pode ser proveniente de vários métodos diferentes, dependendo de cada caso, a NBC TSP 07 requerem que uma vez reconhecido como patrimônio cultural, o bem deve divulgar informações como por exemplo:

- (a) a base de mensuração utilizada;
- (b) o método de depreciação utilizado, se houver;
- (c) o valor contábil bruto;
- (d) a depreciação acumulada no final do período, se houver; e
- (e) a conciliação do valor contábil entre o início e o final do período demonstrando os seus respectivos componentes.(BRASIL, 2017)

Baseado nos conceitos apresentados nas seções anteriores, evidencia-se a existência de um *software* público que por suas atualizações recentes, e crescente número de usuários, torna-se ideal para avaliar a proposta do Portal de Software Público de ofertar soluções que atendam às exigências pleiteadas para a gestão pública, através da verificação dos recursos disponibilizados no *software* e-Cidade. O próximo capítulo descreve a metodologia utilizada para a realização das avaliações propostas neste trabalho.

### **3. METODOLOGIA**

O presente trabalho, teve como objetivo principal avaliar o módulo de patrimônio da ferramenta e-Cidade, sob a ótica das mudanças propostas para a gestão pública identificadas pelas novas normas da NBCASP, no caso do patrimônio a normativa NBC TSP 07 ativo imobilizado. Para isso foram realizadas interações com a plataforma e-Cidade, simulando uma interação que reflita o novo modelo que será adotado, sendo assim possível mensurar o nível de adequação do sistema. Os mesmos critérios de avaliação utilizados na interação com o *software* e-Cidade, foram aplicados na elaboração de um questionário, e enviado para profissionais ligados ao e-Cidade.

#### **3.1. Primeira fase: identificação do objeto de estudo**

A primeira fase da pesquisa foi relacionada às soluções para gestão pública ofertadas pelo SPB. Com a finalidade de identificar o objeto de estudo, foi realizado um levantamento das soluções disponíveis, e através da análise das mesmas foi possível observar que o sistema e-Cidade foi a solução que demonstrou ser de maior interesse por parte das prefeituras devido ao grande número de acessos e *downloads*, além de possuir a atualização mais recente.

#### **3.2. Segunda fase: estudo da norma NBC TSP 07**

A segunda fase da pesquisa foi de caráter exploratório, uma vez que foi realizado um estudo bibliográfico quanto as novas normas da NBCASP, mais especificamente a NBC TSP 07 Ativo Imobilizado, publicada em setembro de 2017, havendo assim pouquíssimos trabalhos acadêmicos, livros e artigos em relação ao mesmo, assim sendo o levantamento dos critérios limitou-se à própria norma, e ao manual publicado. Diante deste estudo, constatou-se para o setor de patrimônio, os seguintes pontos:

- Identificação de bens imobilizados como patrimônio público;
- Mensuração real do bem;
- Comissão avaliadora do bem;
- Emplacamento;

- Reflexo do patrimônio no valor contábil do ente (integração entre os módulos do sistema);

### 3.3. Terceira fase: aplicação do teste

A terceira fase da pesquisa foi a aplicação do teste no sistema e-Cidade, uma vez levantados os critérios de avaliação, foi simulado a incorporação de um edifício onde funciona uma prefeitura fictícia. O teste foi realizado no ambiente de teste do sistema disponibilizado pela empresa Contass Contabilidade Ltda. com o auxílio dos colaboradores Danilo Macedo Silva, Analista de Sistemas na empresa, e Bárbara de Souza Otoni, Supervisora de Análise Técnica na empresa, ao qual deferiu autorização da ferramenta para pesquisa acadêmica conforme declarado (Anexo 1).

Figura 2 – Tela Cadastro de bens 1

The screenshot displays the 'Cadastro de bens' (Asset Registration) screen in the e-Cidade system. The browser window title is 'DBSeller Informática Ltda - DBPortal Versão: 2.3.39 - Mozilla Firefox'. The URL is '172.16.212.153/projeto/inicio.php?uso=dbseller&janelaWidth=1366&janelaHeight=728'. The system header shows 'e-cidade' and 'PREFEITURA DE TREINAMENTO R PROFESSOR BENEVIDES' with contact information. The navigation menu includes 'INSTITUIÇÕES', 'ÁREAS', 'MÓDULOS', 'PREFERÊNCIAS', and 'FECHAR'. The main content area is titled 'Inclusão de Bens' and contains the following fields:

- Informações do Bem:**
  - Código do bem: [ ]
  - Placa: 777777
  - Placa Impressa: Não
  - Data da aquisição: 01/01/2017 D
  - Descrição do bem: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
- Classificação:** 00006000 EDIFICAÇÕES
- Fornecedor:** 279 A INSTRUMENTAL LTDA EPP
- Descrição da Aquisição:** 10000 INVENTARIO
- Departamento:** 1 PREFEITURA DE TREINAMENTO
- Divisão:** Seleciona
- Convênio:** [ ]
- Código da situação:** 4 BOM

**Dados Financeiros**

- Valor de Aquisição: 300000
- Valor de Residual: 30000
- Valor Depreciável: 270000
- Valor Atual: 300000
- Tipo Depreciação: 3 TABELA ALTERNATIVA/RECEITA FEDER
- Vida Util: 20

**Outros Dados**

- Medida: 0 Medida Padrão

At the bottom of the screen, the status bar shows 'Patrimônio|1-PREFEITURA DE TREINAMENTO|>', 'Data: 20/11/2017', and 'Exercício: 2017'.

Fonte: e-Cidade

Figura 3 – Tela Cadastro de bens 2

The screenshot displays the 'Cadastro de bens' (Asset Registration) screen in the e-Cidade system. The interface is divided into several sections:

- Header:** Includes the system name 'e-cidade', the user 'R PROFESSOR BENEVIDES', contact information (Fone: 03836351347, Cep: 38.680-000), and the logo for 'contass'.
- Navigation:** A menu bar with options: INSTITUIÇÕES, ÁREAS, MÓDULOS, PREFERÊNCIAS, FECHAR.
- Form Fields:**
  - Dados do material:**
    - Classificação: 00006000 EDIFICAÇÕES
    - Fornecedor: 279 A INSTRUMENTAL LTDA EPP
    - Descrição da Aquisição: 100000 INVENTÁRIO
    - Departamento: 1 PREFEITURA DE TREINAMENTO (Divisão: Seleção)
    - Convênio: (empty)
    - Código da situação: 4 BOM
  - Dados Financeiros:**
    - Valor de Aquisição: 300000
    - Valor de Residual: 30000
    - Valor Depreciável: 270000
    - Valor Atual: 300000
    - Tipo Depreciação: 3 TABELA ALTERNATIVA RECEITA FEDER
    - Vida Util: 20
  - Outros Dados:**
    - Medida: 0 Medida Padrão
    - Modelo: 0 Modelo Padrão
    - Marca: 0 Marca Padrão
  - Observações:** PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL LOCALIZADO NA RUA X, BAIRRO Y
- Footer:** Shows the path 'Patrimônio|1-PREFEITURA DE TREINAMENTO|>', the date '20/11/2017', and the exercise year '2017'.

Fonte: e-Cidade

As figuras 2 e 3 apresentadas, representam a tela de inclusão de bens, aqui pode-se identificar campos para efetuar a inclusão, e assim identificar alguns pontos referentes à norma.

O primeiro campo é o código do bem, que será gerado após a efetuação do procedimento de inclusão do bem. Esse código reflete na maneira do sistema como um todo, pois garante que o bem que está sendo registrado terá um código único que poderá ser acessado por outros módulos que necessitem dessa informação, possibilitando a integração.

O campo de placa, refere-se ao emplacamento do bem, que pode ser configurado no sistema para ser realizado de forma automática, ou manualmente.

A data da aquisição, é a data em que o bem foi mensurado e incluso no patrimônio. Esse campo é importante para os fins da normatização.

O campo de classificação permite classificar um bem de forma bem maleável, sendo possível cadastrar previamente os tipos de classificação desejável pela instituição, como no exemplo acima utilizamos “edificações”, mas também seria possível fazer uma classificação mais genérica como por exemplo “ativo de infraestrutura”, que também se adequa ao caso.

O campo fornecedor identifica o fornecedor do bem, no caso apresentado, identifica a empreiteira que teria realizado a obra.

A descrição da aquisição especifica a maneira pela qual o bem foi adquirido, compras, doação, inventário. Este também pode ser configurado pelo usuário, caso seja necessário alterar ou acrescentar novas opções de descrição da aquisição, isso influenciará na maneira pela qual o sistema irá tratar o bem.

O campo Departamento define a qual setor ou departamento o bem pertence ou está vinculado, tornando-o responsabilidade do mesmo.

Convênio são os repasses de recurso do estado para o ente público, e cada convênio tem um determinado propósito, sendo assim é possível identificar o convênio utilizado para o bem, se assim for necessário.

Código da situação classifica o bem quanto ao seu estado de conservação.

Na tabela de dados financeiros é possível realizar o registro do valor de aquisição, que é o valor real do bem.

O valor residual que representa o valor que se espera que o bem perca no decorrer do tempo.

O valor depreciável que é o valor que se espera que o bem possua ao final do período de depreciação.

O tipo de depreciação, é a maneira pela qual será realizado o procedimento de depreciação pelo sistema. Foi utilizado o modelo da receita federal, mas é possível configurar previamente outros modelos de depreciação e estabelecer as regras do mesmo de acordo com o necessário pelo usuário.

E o campo vida útil que representa a vida útil que se espera que o bem cumpra.

Logo abaixo há o campo Outros Dados, que se refere às mensurações físicas do bem, é possível determinar modelos de medidas para determinados tipos de bem, como área, volume, modelo, marca, etc.

E o campo de observações é um espaço livre, que geralmente é usado para resumir as descrições do bem.

Figura 4 – Tela Dados do Imóvel

172.16.212.153/projeto/inicio.php?uso=dbseller&janelaWidth=1366&janelaHeight=728

DBSeller Informática Ltda - DBPortal Versão: 2.3.39 - Mozilla Firefox

e-cidade PREFEITURA DE TREINAMENTO R PROFESSOR BENEVIDES Fone: 03836351347 Cep: 38.680-000 contass

INSTITUIÇÕES ÁREAS MÓDULOS PREFERÊNCIAS FECHAR

Cadastros Relatórios Consultas Procedimentos Módulos Help

Cadastro de bens Dados do imóvel Dados do material

**Dados do Imóvel**

Código do bem: 473

Codigo Lote: 1

QUADRA 1, RUA X, BAIRRO X

Observações:

Incluir Excluir

Patrimônio(1-PREFEITURA DE TREINAMENTO)-> Data: 20/11/2017 Exercício: 2017

Fonte: e-Cidade

Como o exemplo em questão trata-se de um edifício, logo o mesmo possui uma localização geoinformação. No módulo tributário do e-Cidade, é realizado todo um processo de geoprocessamento e são identificados cada local do município, através de quadras, lotes e bairros. Uma vez incluído o bem identificado como imóvel, o sistema gerou o código do bem automaticamente, e então tratará de sua localização, que por sua vez pode ser realizado através de uma busca pelos locais previamente cadastrados no módulo tributário. Mais uma interação que demonstra a integração entre os módulos do sistema.



Figura 5 – Tela Criação de Comissão

The screenshot displays a web application window titled 'DBSeller Informática Ltda - DBPortal Versão: 2.3.39 - Mozilla Firefox'. The browser address bar shows '172.16.212.153/projeto/micio.php?uso=dbseller&janelaWidth=1366&janelaHeight=728'. The application header includes the 'e-cidade' logo, 'PREFEITURA DE TREINAMENTO', 'R. PROFESSOR BENEVIDES', 'Fone: 03836351347', and 'Cep: 38.680-000'. A navigation menu contains 'INSTITUIÇÕES', 'ÁREAS', 'MÓDULOS', 'PREFERÊNCIAS', and 'FECHAR'. Below this, there are tabs for 'Comissão' and 'Membros'. The main content area features a form for creating a commission with the following fields: 'Sequencial' (value: 2), 'Descrição' (value: COMISSAO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL DA PREFEIT), 'Data Inicial' (value: 16/06/2014), and 'Data Final' (value: 31/12/2016). An 'Observação' field contains the text 'Portaria 1.702/2014'. At the bottom of the form are 'Alterar' and 'Pesquisar' buttons. The footer of the application shows 'Patrimônio|1-PREFEITURA DE TREINAMENTO|>' on the left, and 'Data: 20/11/2017' and 'Exercício: 2017' on the right.

Fonte: e-Cidade

A tela acima refere-se à criação de comissão, que serão os responsáveis em avaliar tipos de bens especiais, que não são simplesmente avaliados pelo valor da nota, ou simplesmente já existem a tanto tempo no município que não há registro de compra do mesmo, o que ocorrerá com frequência com os ativos imobilizados. Aqui é possível registrar a comissão e denominar o período de vigência dela, é gerado um código sequencial para identificá-la. Toda pessoa física ou jurídica que possui relacionamento com o ente público deve ser previamente cadastrado através do CGM, seja fornecedor, funcionário, professor, etc. Como é o caso presente, o membro da comissão deverá ser previamente cadastrado e possuir o CGM como podemos ver na figura 6.

Figura 6 – Tela Membros da Comissão

DBSeller Informática Ltda - DBPortal Versão: 2.3.39 - Mozilla Firefox

172.16.212.153/projeto/micio.php?uso=dbseller&janelaWidth=1366&janelaHeight=728

**e-cidade** PREFEITURA DE TREINAMENTO  
R PROFESSOR BEBEVIDES Fone: 03836351347 Cep: 38.680-000

**contass**

INSTITUIÇÕES ÁREAS MÓDULOS PREFERÊNCIAS FECHAR

Cadastrros Relatórios Consultas Procedimentos Módulos Help

Comissão **Membros**

**Membros**

Comissão: 2 COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL E

Número CGM:

Tipo Membro: Principal

Incluir Novo

**Membros Cadastrados**

| Código | Cgm | Membro                        | Responsabilidade | Ação |
|--------|-----|-------------------------------|------------------|------|
| 1      | 23  | CLODESLEY FERREIRA DE ALMEIDA | Principal        | A E  |
| 3      | 184 | DANIELA ALVARES NERY          | Secundário       | A E  |
| 2      | 132 | RICARDO ANTONIO FERREIRA NERY | Secundário       | A E  |

Total de Registros: 3

Patrimônio[1-PREFEITURA DE TREINAMENTO]-> Data: 20/11/2017 Exercício: 2017

Fonte: e-Cidade

Após realizado o registro, é possível pesquisá-lo no sistema, e visualizar um resumo da sua situação, de acordo com o tempo vão ocorrendo as depreciações de acordo com as regras adotadas no momento do cadastro, e é possível acompanhar essa movimentação e se necessário, realizar alterações. Além de manter um histórico de todas movimentações realizadas com o bem. Como é possível visualizar na figura 7.

Figura 7 – Tela Resumo do bem

The screenshot shows the 'Resumo do Bem' (Asset Summary) screen in the e-Cidade system. The browser address bar shows the URL: 172.16.212.153/projeto/micio.php?uso=dbseller&janelaWidth=1366&janelaHeight=728. The system title is 'DBSeller Informática Ltda - DBPortal Versão: 2.3.39 - Mozilla Firefox'. The user is logged in as 'R PROFESSOR BENEVIDES' with phone number '03836351347' and CEP '38.680-000'. The system logo 'e-cidade' and 'contass' are visible.

The main content area is divided into two sections: 'Dados do Bem' (Asset Data) and 'Historico Movimentacao' (Asset History).

**Dados do Bem:**

|                    |                                    |                      |                                    |
|--------------------|------------------------------------|----------------------|------------------------------------|
| Bem:               | 473 PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL | Classificação:       | 262 EDIFICAÇÕES                    |
| Órgão:             | 1 LEGISLATIVO                      | Unidade:             | 1 CAMARA MUNICIPAL DE ARINOS       |
| Departamento:      | 1 PREFEITURA DE TREINAMENTO        | Divisão Depart.:     |                                    |
| Fornecedor:        | 279 A INSTRUMENTAL LTDA EPP        | Convênio:            |                                    |
| Placa ident.:      | 777777                             | Código do lote:      |                                    |
| Aquisição:         | 20/11/2017                         | Tipo de Depreciação: | TABELA ALTERNATIVA/RECEITA FEDERAL |
| Valor Aquisição:   | 300.000,00                         | Valor Residual:      | 30.000,00                          |
| Valor Depreciável: | 270.000,00                         | Depreciação:         | TABELA ALTERNATIVA/RECEITA FEDERAL |
| Valor Atual:       | 300.000,00                         | Situação:            | Ativo                              |

Observações: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL LOCALIZADO NA RUA X, BAIRRO Y.

**Historico Movimentacao:**

Foram retornados 1 registros. Mostrando de 1 até 1.

| Data       | Histórico          | Descrição do Departamento | Descrição da situação |
|------------|--------------------|---------------------------|-----------------------|
| 20/11/2017 | Inclusão do Bem... | PREFEITURA DE TREINAMENTO | BOM                   |

At the bottom of the screen, the status bar shows: Patrimônio[1-PREFEITURA DE TREINAMENTO]-> Data: 20/11/2017 Exercício: 2017.

Fonte: e-Cidade

Com o bem devidamente patrimonializado, é possível visualizar o reflexo do mesmo no valor contábil do ente, como demonstrado no Anexo 2 e Anexo 3, que são os relatórios contábeis gerados após a efetuação da inclusão do bem.

### 3.4. Quarta fase: elaboração do questionário

Na quarta fase da pesquisa foi elaborado um questionário (Anexo 4) o qual remete os respondentes aos mesmos questionamentos propostos na aplicação do teste, com o intuito de tomar conhecimento de suas opiniões sobre o assunto proposto neste trabalho, a construção do questionário está descrita nas subseções abaixo.

#### 3.4.1. Público alvo

O público selecionado como respondentes do questionário foram profissionais que possuem conhecimento técnico relacionado ao e-Cidade. Tais profissionais foram alcançados através de contatos fornecidos pela empresa Contass Contabilidade e Consultoria Ltda.

#### 3.4.2. Desenvolvimento do questionário

O questionário foi construído e disponibilizado através da ferramenta *Google*

*Docs.* Através das pesquisas levantadas acerca da norma, e os critérios de avaliação evidenciados, foram desenvolvidas questões que direcionam o entendimento de cada critério e o relacionam com os recursos que o sistema deve atender para os mesmos. Sete questões compuseram o questionário.

Com a finalidade de identificar o relacionamento do profissional com o sistema e-Cidade, foram elaboradas a primeira e segunda questão descritas a seguir:

- 1 – Você trabalha com a ferramenta e-Cidade?
- 2 – Qual(is) módulo(s) do e-Cidade você trabalha?.

Sequencialmente foram elaboradas cinco questões, que são efetivamente os cinco critérios de avaliação levantados no estudo da norma NBC TSP 07. Para facilitar o entendimento da relação da norma com o módulo de patrimônio do sistema, foi realizada uma breve explicação de cada critério e então solicitado ao respondente que informasse uma nota de 1 (Não atende) à 5 (Atende plenamente) de acordo com o que identificasse adequado qualificar cada situação quanto ao critério exposto. As questões três, quatro, cinco, seis e sete estão descritas a seguir:

- 3 – A NBC TSP 07 prevê o registro de bens categorizados como bens imobilizados como ativos de infraestrutura (pontes, calçadas, edifícios de funcionamento de entes públicos, redes de esgoto, etc.) e patrimônio cultural (monumentos, obras de arte, igrejas históricas, etc.). Avalie o e-Cidade quanto à possibilidade de realizar esse tipo de registro de bem.
- 4 – A NBC TSP 07 prevê que o bem deve ter seu valor devidamente mensurado, como o valor de aquisição, depreciação e reavaliação. Avalie o e-Cidade quanto aos recursos de registros de valores do bem.
- 5 - Na mensuração do bem, podem ocorrer casos específicos, imagine fazer a mensuração real do monumento Cristo Redentor, segundo a NBC TSP 07 o seu valor de mensuração deve levar em conta vários critérios, como por exemplo, o retorno financeiro proporcionado pelo bem ao município(valor econômico), o valor de construção, etc. Para

isso o órgão público deve ter uma comissão avaliadora para efetuar a avaliação, ou nomear peritos para realizá-la. Avalie o e-Cidade quanto à formação e manutenção dessas comissões.

- 6 - O emplacamento do bem deve ser realizado, mesmo que não seja possível de ser realizado fisicamente, a nível de sistema todo bem deve ser referenciado por uma plaqueta única (exceto ativos intangíveis, como softwares). Avalie o e-Cidade quanto a este quesito.
- 7 - O principal foco das novas normas NBCASP, é trabalhar com enfoque patrimonial, para que o patrimônio do ente público possa ser refletido no valor contábil do mesmo. Assim sendo, é importante que o sistema possua uma integração entre os módulos, para que sempre que houver alteração no patrimônio, o mesmo seja refletido no valor contábil. Levando isso em consideração, avalie o nível de integração do sistema e-Cidade.

As questões deste questionário foram desenvolvidas com o intuito fazer uma comparação entre as opiniões obtidas pelos respondentes e a avaliação resultante do teste de simulação realizado.

#### 3.4.3. Coleta e tratamento de dados

A coleta de dados foi realizada através dos recursos disponibilizados pelo formulário da ferramenta *Google Docs*, através dela foi possível criar e disponibilizar o formulário pela *internet*, através de um *link* gerado pela própria ferramenta. Este *link* foi compartilhado através de *e-mail*, para os contatos fornecidos pela empresa Contass Contabilidade e Consultoria Ltda.

O formulário foi disponibilizado no dia 21 de novembro de 2017 às 10h20min, ficando disponível para resposta até às 23h59min do dia 24 de novembro de 2017. Nesse período foram coletadas 12 (doze) respostas.

As respostas foram convertidas para uma planilha disponibilizada pelo *Google Docs*. Com essa planilha foi possível fazer uma análise individual e global de cada resposta.

## 4. RESULTADOS

A análise dos resultados foi construída em três momentos. O primeiro momento consiste na avaliação do teste realizado através da simulação da inclusão de um ativo de infraestrutura no sistema. O segundo momento refere-se à análise dos dados resultantes do questionário (Anexo 4). E o terceiro momento é apresentado um comparativo entre os resultados obtidos no primeiro e no segundo momento.

### 4.1. RESULTADOS DO TESTE

Baseados nos critérios de avaliação, foi elaborado uma tabela para que fosse possível avaliar cada critério com uma nota de 1 à 5, mensurando assim o nível de adequação do critério em relação ao sistema, representado a seguir:

Tabela 3 – Critérios de avaliação

| Critério                                | Avaliação |   |   |   |   |
|---|-----------|---|---|---|---|
| Identificação do bem imobilizado        | 1         | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Mensuração do bem                       | 1         | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Comissão avaliadora                     | 1         | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Emplacamento                            | 1         | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Reflexo do patrimônio no valor contábil | 1         | 2 | 3 | 4 | 5 |

Fonte: Próprio autor

O primeiro critério a ser avaliado é referente à possibilidade de identificar e registrar um bem imobilizado como patrimônio pelo sistema. Nas figuras 2, 3 e 4, são demonstrados recursos do sistema que possibilitam a efetuação do mesmo. Avaliação do critério a seguir:

Tabela 4 – Identificação do bem imobilizado

| Critério                         | Avaliação |
|----------------------------------|-----------|
| Identificação do bem imobilizado | 5         |

Fonte: Próprio autor

Os campos de Classificação e Descrição da aquisição atribuem essa possibilidade, pois além das opções padrão disponíveis no sistema, é possível atribuir valores e regras de tratamento interno para novas classificações e descrição da aquisição. Além disso, também possui o recurso de referenciar a geolocalização e dimensões reais de um bem imóvel, através da integração com o módulo tributário.

Os recursos aqui descritos, atribuem a possibilidade de identificar e registrar os bens do ativo imobilizado, sendo assim, ela atende ao primeiro critério de forma satisfatória.

O segundo critério a ser avaliado refere-se à mensuração real do bem. Trata-se da possibilidade de registrar e reavaliar o valor real do bem, bem como tratar as alterações sofridas pelo mesmo (ganho ou perda), o sistema deve ser capaz de registrar o valor de aquisição que retrata o valor pelo qual a instituição investiu para adquirir o bem, também deve ser capaz de registrar valorizações do mesmo, o que é mais comum ocorrer com itens do patrimônio cultural que podem ter seu valor real acrescido com o tempo, ao contrário de outros tipos de bem como é o caso por exemplo de obras de arte. Além das mensurações de atribuição de valor, o sistema deve tratar as depreciações, que é a perda de valor de acordo com o tempo. Avaliação do critério a seguir:

Tabela 5 – Mensuração do bem

| Critério          | Avaliação |
|-------------------|-----------|
| Mensuração do bem | 4         |

Fonte: Próprio autor

Nas figuras 2 e 3, é possível observar o campo de Dados Financeiros, é a parte responsável pela realização do registro do valor do bem, faz-se o registro do valor de aquisição do bem. O campo Valor Residual atribui o valor que espera-se que o bem perca durante o período de uso estipulado no tempo de Vida Útil estipulado, o Valor Depreciável é o valor que espera-se que o bem possua ao final do processo de depreciação. Finalmente o Tipo de Depreciação aplica-se às regras de depreciação em que o sistema realizará os cálculos, essas regras podem ser cadastradas previamente e estipuladas regras internamente no seu cadastro. Apesar do sistema realizar o tratamento de depreciação de forma satisfatória, e possibilitar mesmo que manualmente a reavaliação dos bens cadastrados, não é possível realizar atribuição de valor de casos específicos como os de patrimônio cultural. Sendo assim, conclui-se que a para os parâmetros de mensuração a ferramenta atende parcialmente.

O terceiro critério a ser avaliado é sobre a comissão avaliadora do bem. Trata-se da criação e manutenção dessa comissão. Ela será responsável por realizar ou nomear peritos para efetuar a mensuração de ativos que envolvem variáveis incomuns de mensuração, que envolvem principalmente itens do patrimônio cultural. Avaliação do critério a seguir:

Tabela 6 – Comissão avaliadora

| Critério            | Avaliação |
|---------------------|-----------|
| Comissão avaliadora | 3         |

**Fonte: Próprio autor**

Nas figuras 5 e 6 é possível visualizar a criação de uma comissão, e atribuição de membros à ela, a mesma é identificada através de uma chave única, e é registrado o período de vigência do mesmo, porém apesar de ser a responsável por realizar a mensuração de alguns bens, ela não é referenciada no momento em que esta tarefa é realizada. Pode-se concluir que atende parcialmente, pois apesar de ser possível ser representada a comissão, o sistema aparenta não possuir recursos de interação da mesma ou a devida evidenciação da mensuração efetuada por ela.

O quarto critério a ser avaliado é referente ao emplacamento dos bens, o ente público deve realizar o emplacamento dos bens, de forma que cada item possa ser identificado individualmente no sistema. Existem situações que não é viável realizar o emplacamento físico, porém a nível de sistema todos devem possuí-lo, salvo ativos intangíveis. Avaliação do critério a seguir:

Tabela 7 – Emplacamento

| Critério     | Avaliação |
|--------------|-----------|
| Emplacamento | 5         |

**Fonte: Próprio autor**

O sistema oferece recurso para parametrizar o emplacamento dos bens, pode ser definido manualmente, ou automaticamente, e todo bem registrado pode ter um placa atribuída em seu registro. Isso garante que o critério seja plenamente atendido.

O quinto critério a ser avaliado é referente ao reflexo do patrimônio no valor contábil, é um critério importante para avaliação considerando que todo o setor público passará a trabalhar com o enfoque patrimonial, a nível de sistema isso implica na integração entre os módulos patrimônio, financeiro e contábil. Avaliação do critério a seguir:

Tabela 8 – Reflexo do patrimônio no valor contábil

| Critério                                | Avaliação |
|---|-----------|
| Reflexo do patrimônio no valor contábil | 5         |

**Fonte: Próprio autor**



Como apresentado nos anexos 2 e 3, o registro do bem simulado foi imediatamente refletido no relatório contábil do ente, demonstrando a integração entre os módulos, além desta, o sistema apresenta integração e interdependência entre os demais módulos integrantes. Sendo assim, garante que o critério seja plenamente atendido.

## **4.2. Resultados do questionário**

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos pelas respostas do questionário. Foram 12 respondentes, dos quais 11 afirmaram trabalhar com a ferramenta e-Cidade. E a maioria trabalha com o módulo Patrimônio. Para que a apresentação e compreensão dos resultados seja efetivamente executada, as respostas serão expressas através de gráficos.

### **4.2.1. Discussão dos resultados**

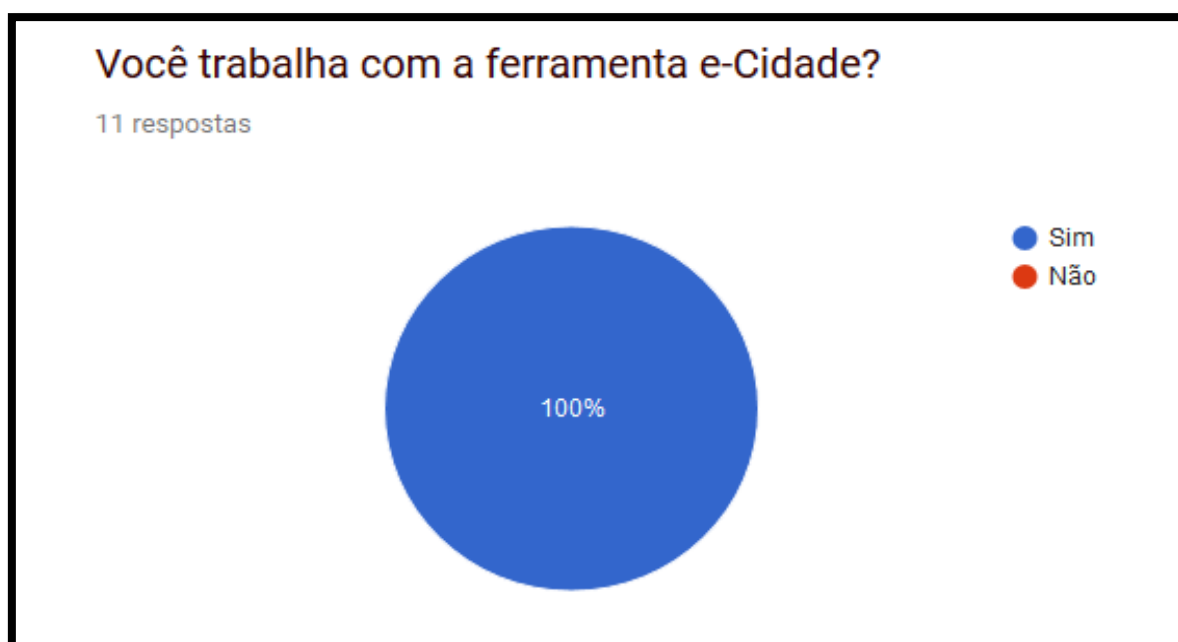
Das 12 respostas obtidas, 11 foram consideradas válidas, e 1 foi considerada inválida para o propósito do estudo. O razão da invalidação é atribuída ao fato de que o respondente não correspondia ao público-alvo, uma vez que o mesmo respondeu não trabalhar com o *software* objeto de estudo. Desconsiderando a sua entrevista, as respostas analisadas foram somente as consideradas como válidas.

O resumo das respostas, representadas através de gráficos, serão apresentadas a seguir na mesma ordem em que foram dispostas no questionário.

Foram realizadas duas questões para identificar a relação técnica do entrevistado em relação ao objeto de estudo.

A primeira questão foi elaborada com o intuito saber se o respondente utiliza a ferramenta como instrumento de trabalho.

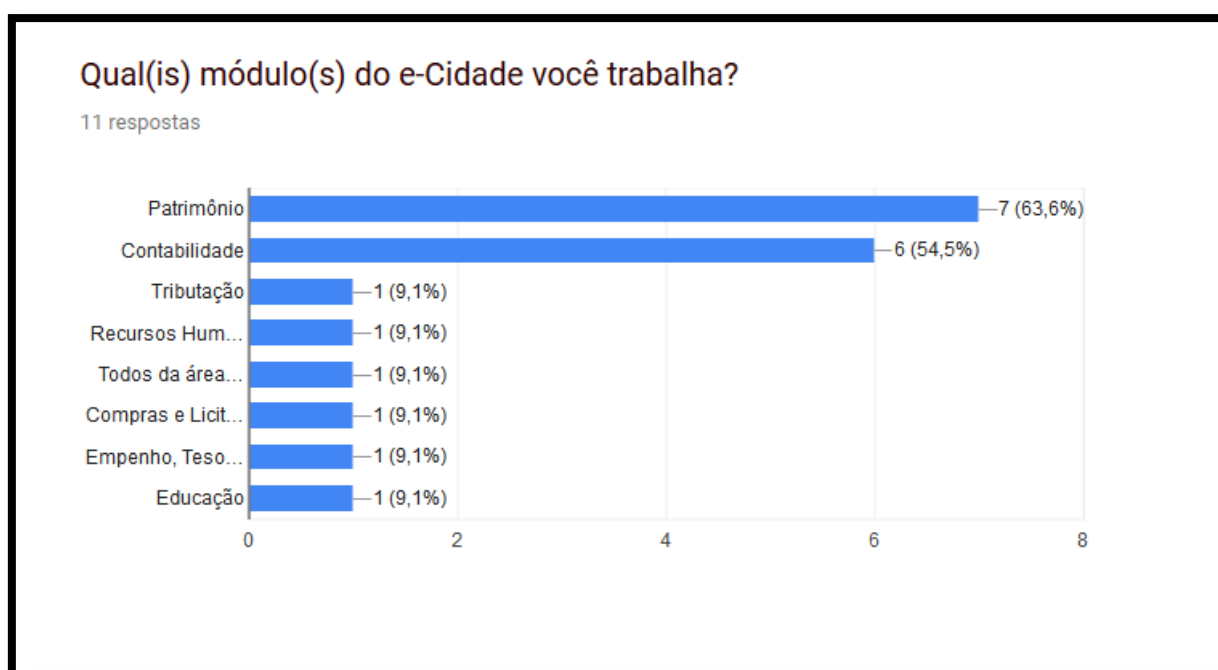
Gráfico 1 – Questão 1



Fonte: Próprio autor

Todos os entrevistados declararam trabalharem com a ferramenta e-Cidade. Com 100% dos entrevistados afirmando trabalharem com o objeto de estudo, é possível afirmar que o grupo de respondentes está qualificado para se encaixar ao público-alvo.

Gráfico 2 – Questão 2



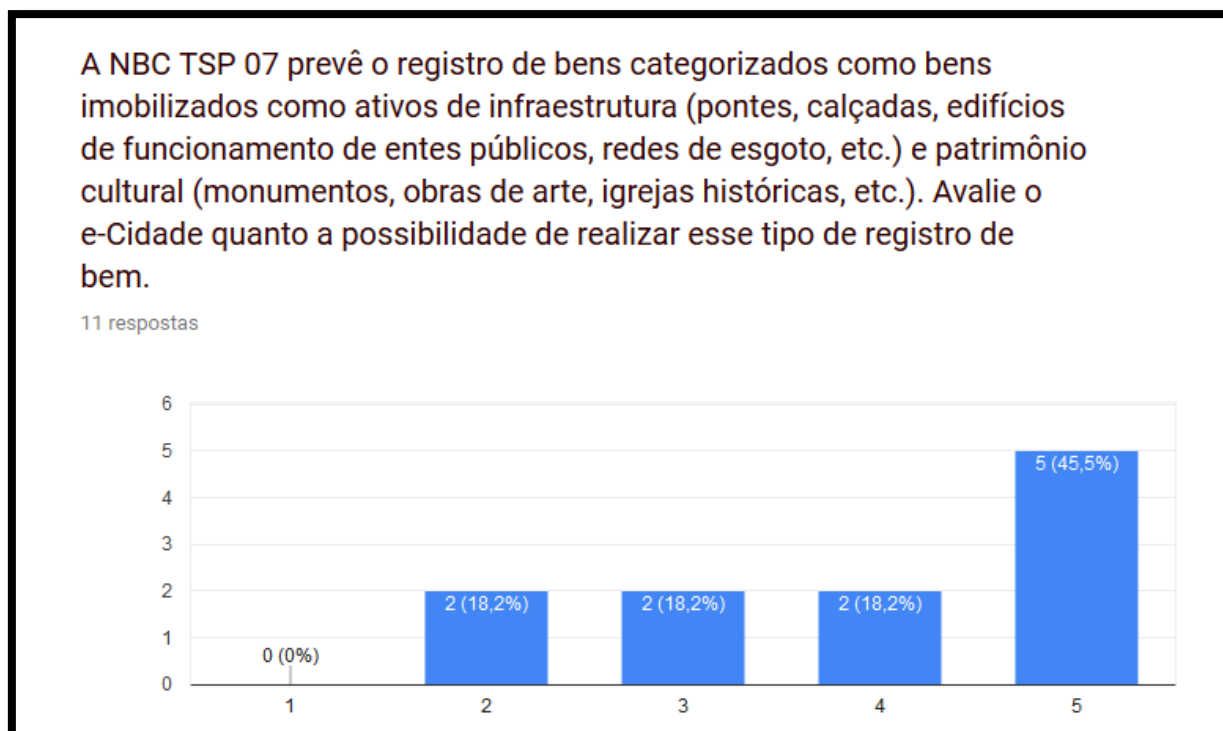
Fonte: Próprio autor

A segunda questão visou afunilar a área específica de atuação do respondente quanto aos módulos existentes no *software*, 5 dos respondentes (45%) trabalham em mais de um módulo do *software*, por esse motivo a somatória do gráfico excede o total de 11. A maioria (63,6%) afirmou trabalhar com o módulo Patrimônio, e 54,5% dos entrevistados afirmou trabalhar com o módulo Contabilidade, que atuam diretamente com os questionamentos propostos neste trabalho, outros módulos descritos pelos respondentes como Tributação, Recursos Humanos, Todas as áreas do Patrimonial, Compras e Licitações, Educação, Empenho, Tesouraria e Orçamento, representam (9,1%) cada uma. Os módulos descritos pelos respondentes, através da opção “Outros”, estabelecem relação indireta com o setor patrimonial e em relação aos questionamentos propostos neste trabalho, exceto Recursos Humanos, Tesouraria e Orçamento. Apesar da representação no gráfico de respondentes que não possuem relação direta, ou indireta com o patrimônio ou contabilidade, o que não os desqualifica é o fato de que estes são os 5 respondentes que afirmaram trabalhar com múltiplos módulos, e todos estes tem como um desses módulos o Patrimônio ou Contabilidade.

Assim sendo, é possível afirmar que os respondentes demonstram conhecimento acerca do problema proposto.

As questões que serão apresentadas a seguir visam a avaliação da ferramenta quanto aos critérios evidenciados neste trabalho. Em cada questão foi apresentado o critério de mensuração e sua relação diante do *software*, e então poderia realizar a mensuração através de notas de 1 (não atende) à 5 (atende plenamente).

Gráfico 3 – Questão 3

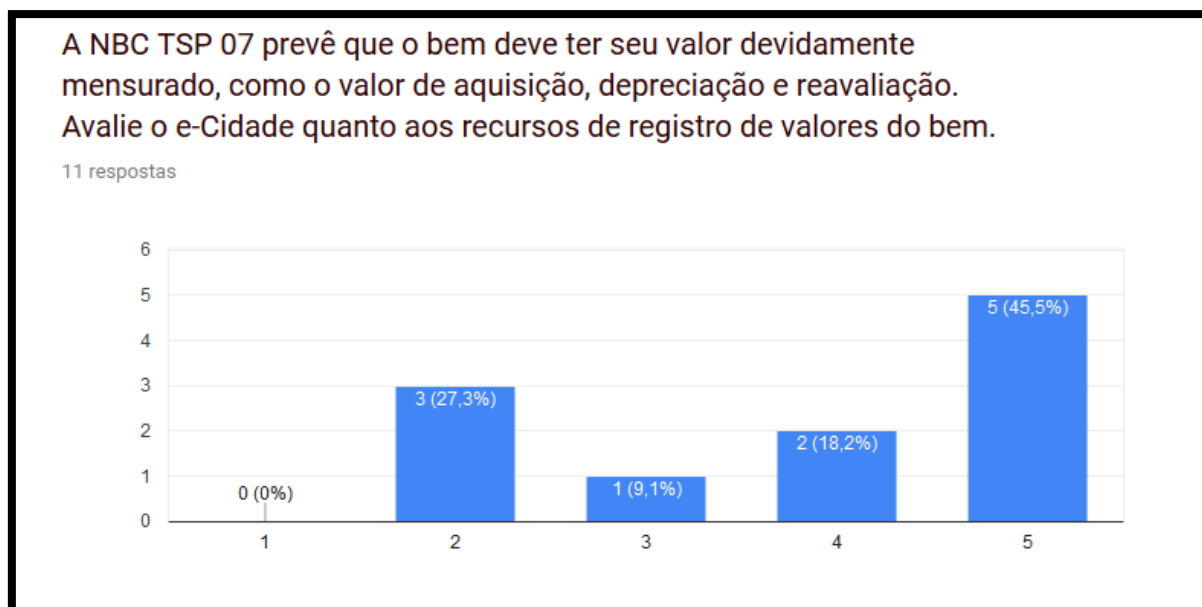


Fonte: Próprio autor

A maioria dos respondentes (45,5%), precisamente 5 dos respondentes marcaram a opção 5. A opção 2 foi selecionada por 2 pessoas (18,2%), assim como a opção 3 e opção 4.

Pode-se considerar que a maioria (45,5%) considera que o quesito proposto é plenamente atendido. As pessoas que optaram por marcar as opções 3 e 4 (36,4%) consideram que o quesito é medianamente atendido pelo *software*. E 18,2% dos respondentes consideram o quesito é pouco atendido.

Gráfico 4 – Questão 4

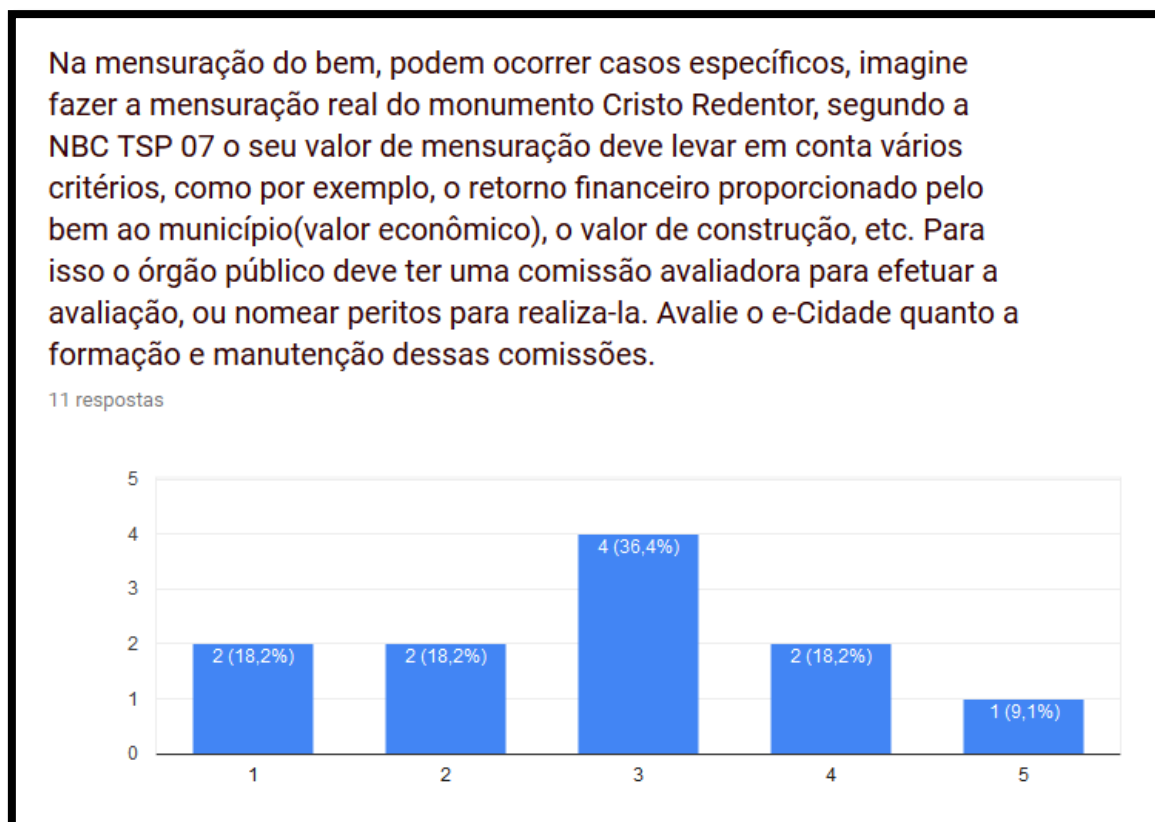


Fonte: Próprio autor

A maioria dos respondentes (45,5%) escolheram a opção 5. 3 pessoas optaram pela opção 2 (27,3%). A opção 3 foi selecionada por apenas uma pessoa (9,1%). A opção 4 foi selecionada por 2 respondentes (18,2%).

Apesar da maioria (45,5%) ter afirmado a satisfação do critério, houve uma porcentagem significativa de respondentes (27,3%) que não avaliaram positivamente o desempenho da ferramenta quanto ao quesito proposto.

Gráfico 5 – Questão 5

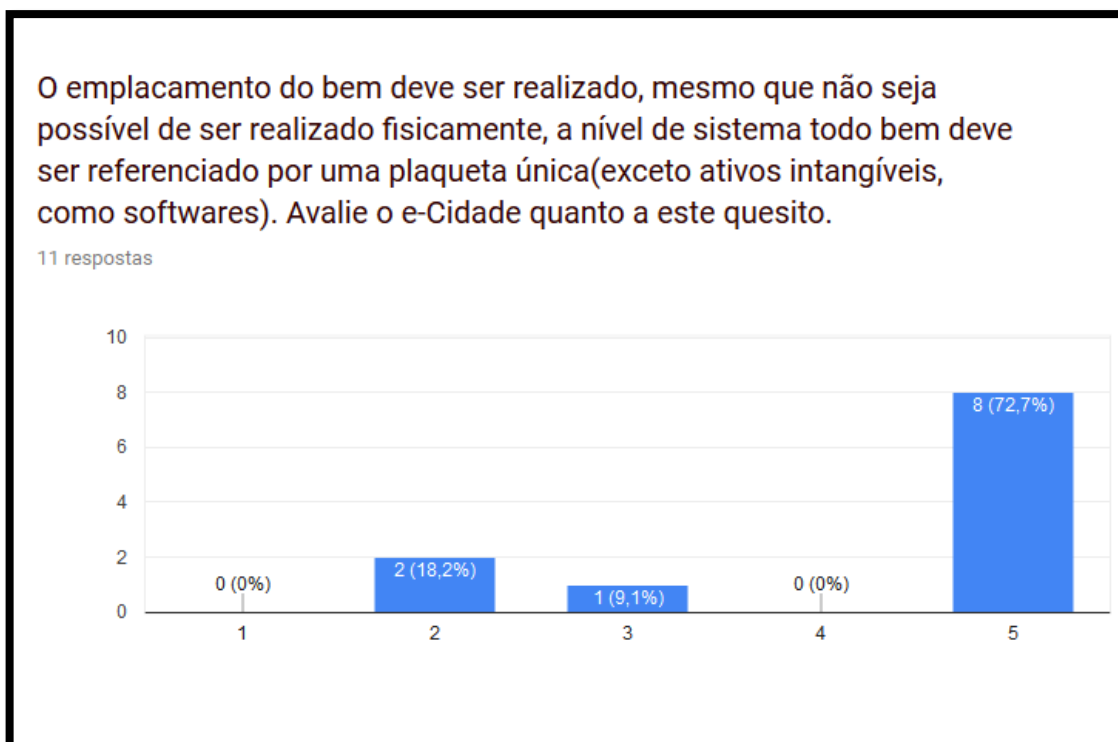


Fonte: Próprio autor

A maioria dos respondentes (36,4%) selecionou a opção 3. A opção 1 foi selecionada por duas pessoas (18,2%). A opção 2 também foi marcada por dois respondentes (18,2%), assim como a opção 4. A opção 5 foi selecionada apenas por uma pessoa (9,1%).

É possível afirmar que a maioria (36,4%) considera que o *software* atende parcialmente ao quesito apresentado. 18,2% considera que não atende. 18,2% avaliou que atende pouco. 18,2% afirmaram que o quesito é bem atendido. E apenas 9,1% afirmou atender plenamente.

Gráfico 6 – Questão 6

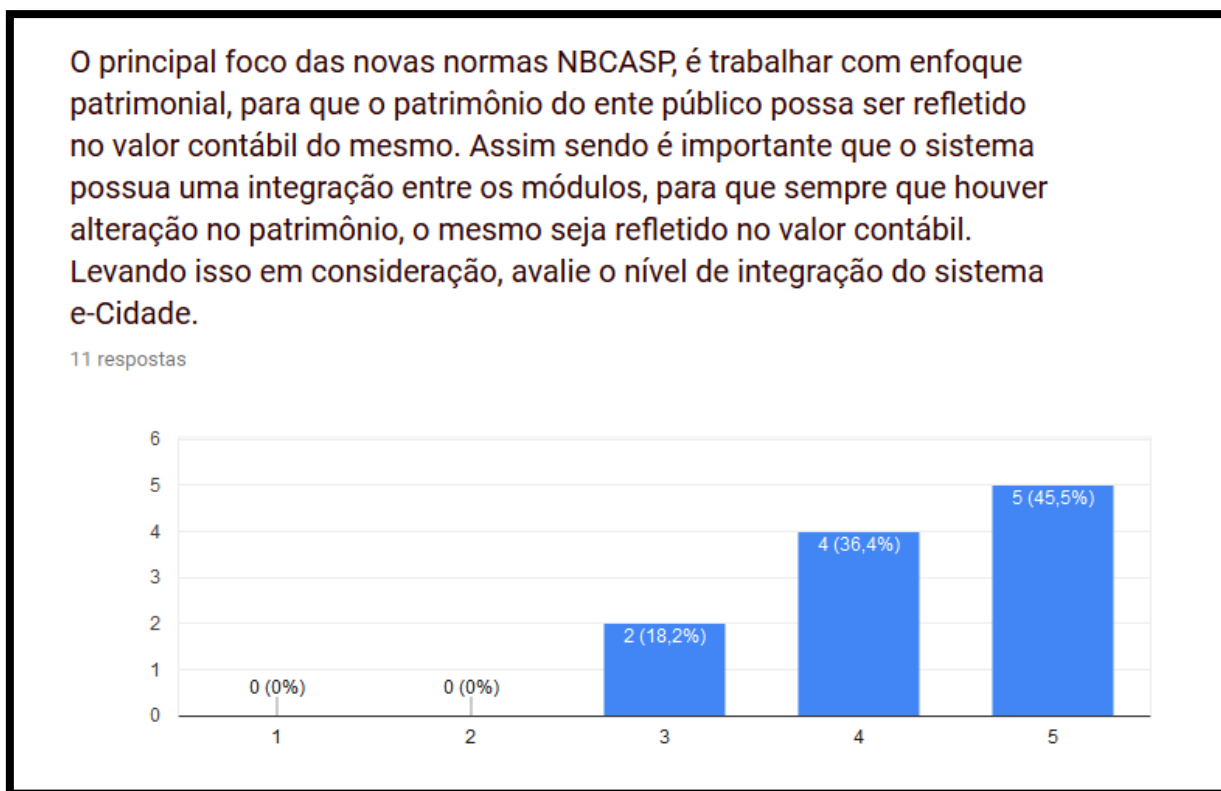


Fonte: Próprio autor

A maior parte dos entrevistados (72,2%) selecionaram a opção 5. A opção 2 foi marcada por duas pessoas (18,2%). A opção 3 foi selecionada por 1 respondente (9,1%).

Ao analisar o gráfico pode-se aferir que a maioria (72,2%) dos respondentes considera que o quesito apontado é plenamente atendido pelo *software*. 1 pessoa considera que atende medianamente, e 2 pessoas consideram que atende pouco.

Gráfico 7 – Questão 7



Fonte: Próprio autor

A maior parte dos respondentes (45,5%) selecionaram a opção 5. A opção 4 foi marcada por 4 pessoas (36,4%). A opção 3 foi selecionada por 2 pessoas (18,2%).

Analisando o gráfico, pode-se notar que a maioria (45,5%) consideraram o quesito plenamente atendido pelo *software*. 36,4% afirmaram que o quesito é bem atendido e 18,2% assumiram que é medianamente atendido. Não houveram avaliações negativas neste quesito.

### 4.3. Comparação dos resultados

Para possibilitar a realização da comparação dos resultados, cada questão do questionário foi submetida ao cálculo da média. As questões 1 e 2 do questionário não serão consideradas para esse momento da avaliação, por terem sido elaboradas apenas com o intuito de classificação do público-alvo.



#### 4.3.1. Identificação do bem imobilizado

Para o critério Identificação do bem imobilizado, de acordo apresentado na Tabela 3 a avaliação com base no teste aplicado atribuiu a nota 5,00. Enquanto a nota média obtida das respostas do questionário atribuíram a nota 3,90. Verifica-se uma pequena diferença entre a avaliação do teste, e a dos respondentes.

#### 4.3.2. Mensuração do bem

Referente ao critério Mensuração do bem, de acordo com a Tabela 4 a avaliação com base no teste aplicado atribuiu a nota 4,00. Por sua vez a nota média alcançada pelas respostas do questionário atingiram a nota 3,81. É possível verificar que a avaliação do teste se aproxima da opinião dos respondentes.

#### 4.3.3. Comissão avaliadora

Quanto ao critério Comissão avaliadora, de acordo com a Tabela 5 a avaliação com base no teste aplicado atribuiu a nota 3,00. Já a nota média obtida das respostas do questionário atribuiu a nota 2,81. Verifica-se que ambos alcançaram notas semelhantes.

#### 4.3.4. Emplacamento

Ao critério Emplacamento, a Tabela 6 que demonstra a avaliação com base no teste efetuado atribui a nota 5,00. Enquanto as respostas do questionário avaliaram o critério com a nota média de 4,27. Pode-se aferir que apesar da pequena diferença entre as duas avaliações, são valores bem próximos.

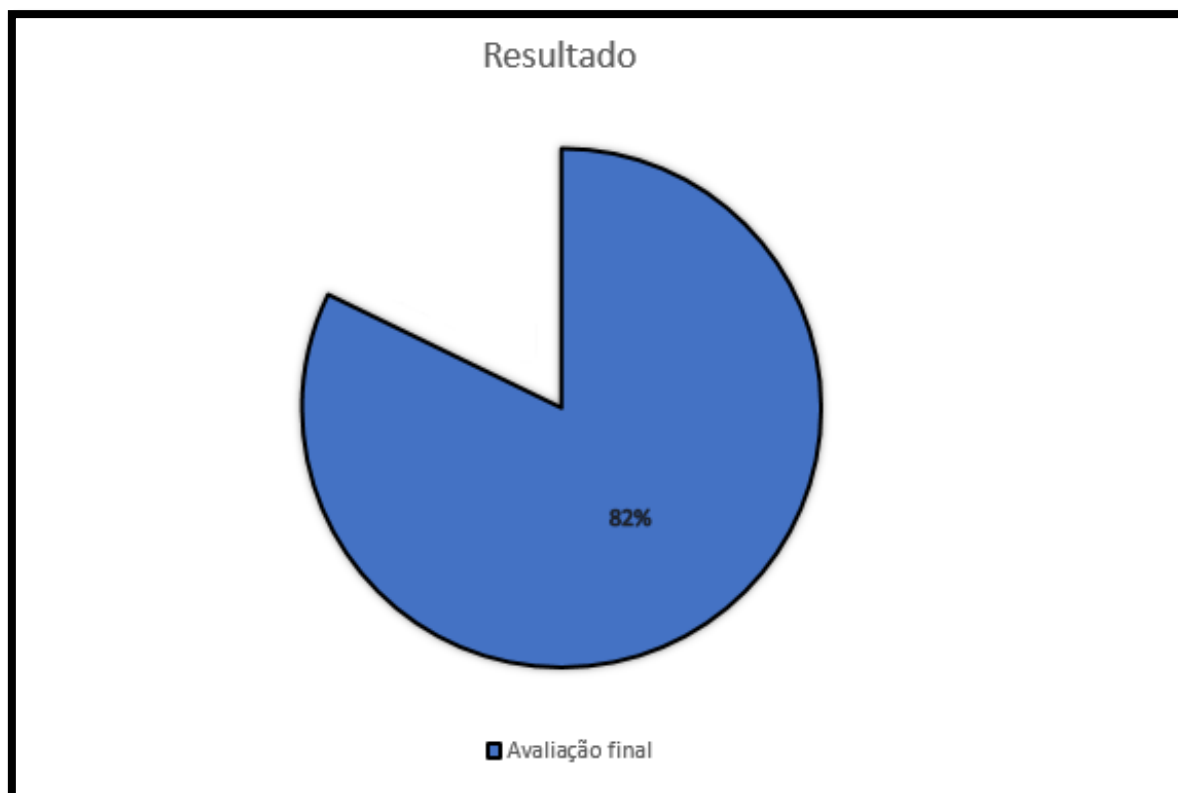
#### 4.3.5. Reflexo do patrimônio no valor contábil

Para o critério Reflexo do patrimônio no valor contábil, verificou-se com base na Tabela 7, que o teste aplicado atribuiu a nota 5,00 para o mesmo. Enquanto a nota média das respostas do questionário alcançaram a nota 4,27. Verifica-se que apresentam uma pequena diferença, entretanto são valores muito próximos.

## 5. CONCLUSÃO

Com a elaboração deste trabalho foi possível constatar que o *software* e-Cidade ofertado publicamente pelo Portal de Software Público Brasileiro, sob a ótica da norma NBC TSP 07, apesar de poder ser otimizado por pequenas melhorias, está apto para ser utilizado como instrumento de trabalho pelas instituições públicas que nos próximos anos serão impactadas com mudanças na prática da gestão pública. Mesmo que exista alguns pontos que desfavorecem a qualidade do *software* quanto às normas, como a Comissão avaliadora, o *software* permite a criação e manutenção da mesma, porém as mesmas não são devidamente referenciadas na valorização dos bens que efetuam, é basicamente efetuado o registro da existência dessas comissões no sistema apenas. Outro critério que destacou-se foi a Identificação do bem imobilizado, através do teste realizado foi constatado que o *software* apresenta recursos que possibilitam a realização desse quesito, entretanto alguns tipos específicos de bens imobilizados necessitam de manobras mais elaboradas para sua devida inclusão, isso causou uma pequena divergência no resultado obtido através da opinião dos respondentes do questionário, pois os mesmos podem ter considerado que tais manobras deveriam ser realizadas por intermédio de procedimentos prontos disponíveis pelo sistema. Quanto aos demais critérios, tanto a avaliação do teste, quanto do questionário apontaram serem satisfatórios. Uma vez considerados os critérios, pôde-se mensurar uma avaliação final alcançada através do cálculo da média entre os resultados obtidos no teste e proveniente das respostas do questionário que resultou no valor 4,11, considerando que o valor máximo referente ao mesmo é 5,00. Esse valor corresponde a uma aprovação de 82,20% do *software* e-Cidade, como representado no gráfico a seguir:

Gráfico 8 – Resultado final



Fonte: Próprio autor

Além dos resultados obtidos pela análise realizada, durante a construção do presente trabalho notou-se a carência de profissionais devidamente capacitados tanto em relação ao e-Cidade, quanto em relação às novas exigências do setor público. Essa pesquisa delimitou-se apenas a uma das novas normativas, sendo que nos próximos anos serão gradualmente implantadas outras 28 novas normativas. Partindo do princípio de que o universo da Tecnologia da Informação tem como um dos principais papéis a prestação de suporte para outras áreas do conhecimento, faz-se importante o estudo de profissionais sobre essas novas mudanças que afetarão o setor público, e dessa forma poder exercer a função de provedora de ferramentas e recursos que auxiliam as mais diversas áreas.

## **6. TRABALHOS FUTUROS**

O presente trabalho pode ser utilizado como ponto de partida, ou como base de informação para alguns novos conceitos. Como a implantação do sistema e-Cidade em um município de pequeno porte, averiguando-se a viabilidade do mesmo.

Um estudo dos demais módulos que constituem o sistema e-Cidade sob a ótica de outras normas NBC TSP.

Uma pesquisa para realizar o levantamento de entes públicos que utilizam o sistema atualmente, bem como a apuração da satisfação dos que o utilizam.

## 7. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Software Público: Uma Perspectiva Sistêmica. Brasília, DF - 2012.
- BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Brasília, DF – 2008.
- BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. NBC TSP 07 Ativo Imobilizado. Brasília, DF – 2017.
- BRASIL. Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Portaria nº 46, de 28 de setembro de 2016.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 7ª edição. Brasília, DF – 2016.
- DBSELLER. DBSeller desenvolve versão “3” do e-cidade Software Público. DBSeller. 2015. Disponível em: <<https://www.dbseller.com.br/dbseller-desenvolve-versao-3-do-e-cidade-software-publico/>>. Acesso em 28 out. 2017.
- DBSELLER. E-Cidade. DBSeller. 2017. Disponível em: <<https://www.dbseller.com.br/produtos>>. Acesso em 27 out. 2017.
- FREITAS, Marco A. S. A importância do controle patrimonial no processo de convergência as novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. Revista Paraense de Contabilidade, Belém, PA, v. 01, n. 01, dez. 2016.

- SABINO, Vanessa; KON, Fabio. Licenças de Software Livre História e Características. 2009. 36p. Relatório Técnico. Universidade de São Paulo - SP - 2009.
- SAMPAIO, Marinilson. Software público: Benefícios e dificuldades para a gestão pública. 2013. 37p. Monografia. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Cachoeira, BA - 2013.
- SILVA, A.C; et al. Avaliação de Ativos Imobilizados no Setor Público: Estudo de caso em uma organização militar da Marinha do Brasil. 2012. Artigo. V EnAPG. Salvador, BA - 2012.
- SILVA, Camila F.P. Das boas práticas de colaboração para a Governança do Software Público Brasileiro. 2014. 38p. Monografia. Universidade de Brasília. Brasília, DF - 2014.
- SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO. E-Cidade. MPDG. 2014. Disponível em:< <https://softwarepublico.gov.br/social/e-cidade>>. Acesso em 16 out. 2017.
- SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO. O que é o Software Público. MPDG. 2014. Disponível em:< <https://softwarepublico.gov.br/social/spb/o-que-e-o-software-publico>>. Acesso em 10 out. 2017.
- SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO. Prefeitura Livre. MPDG. 2014. Disponível em:< <https://softwarepublico.gov.br/social/prefeitura-livre>>. Acesso em: 15 out. 2017.
- SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO. Urbem CNM. MPDG. 2014. Disponível em:< <https://softwarepublico.gov.br/social/urbem>>. Acesso em: 15 out. 2017.



## 8. ANEXOS

### 8.1. Anexo 1: autorização para pesquisa acadêmica



Excelência em Contabilidade e Consultoria Pública

#### AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICA

Autorizo o acadêmico Lucas Vinícius Azevedo, regularmente matriculado na disciplina TCC do 8º período do curso Ciência da Computação na FIC – Faculdades Integradas de Caratinga a desenvolver pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso onde teve como auxílio a consultoria dos colaboradores Danilo Macedo Silva, Analista de Sistemas na empresa Contass Contabilidade e Consultoria Ltda e Bárbara de Souza Otoni, Supervisora de Análise Técnica com o foco na parametrização e aplicação de procedimentos na área Patrimonial do software livre e-cidade e, bem como coletar e analisar os dados, com a orientação do professor Wanderson Miranda Nascimento. Ressalta-se que a coleta dos dados e divulgação dos resultados, deverá respeitar a ética e a confidencialidade sobre informações sigilosas, comprometendo o acadêmico, a apresentar prévia do projeto bem como sua evolução e resultado.

Montes Claros, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

Danielo Macedo Silva  
Analista de Sistema

Bárbara de Souza Otoni  
Analista de Suporte Técnico



**PREFEITURA DE TREINAMENTO**

R PROFESSOR BEVEVIDES, 385

MONTES CLAROS - MG

03836351347 - CNPJ : 20.571.972/0001-43

www.treinamento.mg.gov.br

## RAZÃO POR CONTA

PERÍODO : 20/11/2017 à 20/11/2017

REDUZIDO: 8100  
ESTRUTURAL: 123210401020101  
DESCRIÇÃO: EDIFÍCIOS

| LAN  | SEQ   | DATA       | RECEITA | DOTAÇÃO | EMPENHO | SUPLEMENTAÇÃO | DOCUMENTO                | SALDO ANTERIOR:                         | DEBITO | CREDITO |
|--|-------|------------|---------|---------|---------|---------------|--------------------------|---|--------|---------|
| 27594  | 85365 | 20/11/2017 |         |         |         |               | 700-INCORPORAÇÃO DE BENS | 300.000,00                              |        | 0,00    |
| CONTRAPARTIDA : (9979) OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOL   |       |            |         |         |         |               |                          | TOTAIS DA MOVIMENTAÇÃO: 300.000,00 0,00 |        |         |
| HISTORICO: ABERTURA DE ORÇAMENTO PREDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL LOCALIZADO NA RUA X, BAIRRO Y.   Código do Bem: 473. |       |            |         |         |         |               |                          | SALDO FINAL: 300.000,00                 |        |         |

## 8.2. Anexo 2: resumo razão por conta

**PREFEITURA DE TREINAMENTO**  
**R PROFESSOR BENEVIDES, 385**  
**MONTES CLAROS - MG**  
**03836351347 - CNPJ : 20.571.972/0001-43**  
**www.treinamento.mg.gov.br**

**BALANCETE DE VERIFICAÇÃO**  
**EXERCÍCIO 2017**  
**PERÍODO : 20/11/2017 A 20/11/2017**  
**ANALÍTICO - Semestre com Movimento**  
**INSTITUIÇÕES : (1)PM DE TREINAMENTO**

| ESTRUTURAL               | REDUZ | INST | DESCRIÇÃO DA CONTA                                      | REC | SIS | ISF | SALDO ANTERIOR | DÉBITOS    | CRÉDITOS | SALDO       |
|--------------------------|-------|------|---|-----|-----|-----|----------------|------------|----------|-------------|
| 1.0.0.0.00.00.00.00.00   |       |      | ATIVO.....  |     |     |     | 152.652,44D    | 300.100,00 | 0,00     | 452.752,44D |
| 1.2.0.0.00.00.00.00.00   |       |      | ATIVO NÃO CIRCULANTE.....                               |     |     |     | 152.652,44D    | 300.100,00 | 0,00     | 452.752,44D |
| 1.2.3.0.00.00.00.00.00   |       |      | IMOBILIZADO.....  |     |     |     | 152.652,44D    | 300.100,00 | 0,00     | 452.752,44D |
| 1.2.3.1.00.00.00.00.00   |       |      | BENS MOVEIS.....  |     |     |     | 152.652,44D    | 100,00     | 0,00     | 152.752,44D |
| 1.2.3.1.1.00.00.00.00.00 |       |      | BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO.....                          |     |     |     | 152.652,44D    | 100,00     | 0,00     | 152.752,44D |
| 1.2.3.1.1.01.00.00.00.00 |       |      | MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS.....    |     |     |     | 13.447,49D     | 0,00       | 0,00     | 13.447,49D  |
| 1.2.3.1.1.01.02.00.00.00 |       |      | APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO.....            |     |     |     | 11.480,00D     | 0,00       | 0,00     | 11.480,00D  |
| 1.2.3.1.1.01.02.02.01.00 |       |      | CAMARA.....   |     |     |     | 11.480,00D     | 0,00       | 0,00     | 11.480,00D  |
| 1.2.3.1.1.01.02.02.01.01 |       | 1    | APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO.....            |     | P   |     | 11.480,00D     | 0,00       | 0,00     | 11.480,00D  |
| 1.2.3.1.1.01.08.00.00.00 |       |      | MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS.....                   |     |     |     | 830,49D        | 0,00       | 0,00     | 830,49D     |
| 1.2.3.1.1.01.08.02.01.00 |       |      | CAMARA.....   |     |     |     | 830,49D        | 0,00       | 0,00     | 830,49D     |
| 1.2.3.1.1.01.08.02.01.01 |       | 1    | MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS.....                   |     | P   |     | 830,49D        | 0,00       | 0,00     | 830,49D     |
| 1.2.3.1.1.01.99.00.00.00 |       |      | OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAME..... |     |     |     | 1.137,00D      | 0,00       | 0,00     | 1.137,00D   |
| 1.2.3.1.1.01.99.02.01.00 |       |      | CAMARA.....   |     |     |     | 1.137,00D      | 0,00       | 0,00     | 1.137,00D   |
| 1.2.3.1.1.01.99.02.01.01 |       | 1    | OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAME..... |     | P   |     | 1.137,00D      | 0,00       | 0,00     | 1.137,00D   |
| 1.2.3.1.1.02.01.02.01.00 |       |      | BENS DE INFORMÁTICA.....                                |     |     |     | 41.483,00D     | 0,00       | 0,00     | 41.483,00D  |
| 1.2.3.1.1.02.01.02.01.01 |       | 1    | EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS.....             |     | P   |     | 41.483,00D     | 0,00       | 0,00     | 41.483,00D  |
| 1.2.3.1.1.02.01.02.01.00 |       |      | CAMARA.....   |     |     |     | 41.483,00D     | 0,00       | 0,00     | 41.483,00D  |
| 1.2.3.1.1.03.00.00.00.00 |       |      | EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS.....             |     |     |     | 84.315,76D     | 100,00     | 0,00     | 84.315,76D  |
| 1.2.3.1.1.03.01.00.00.00 |       |      | MOVEIS E UTENSILIOS.....                                |     |     |     | 3.497,30D      | 0,00       | 0,00     | 3.497,30D   |
| 1.2.3.1.1.03.01.02.00.00 |       |      | CAMARA.....   |     |     |     | 3.497,30D      | 0,00       | 0,00     | 3.497,30D   |
| 1.2.3.1.1.03.01.02.01.00 |       | 1    | APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS.....                  |     | P   |     | 3.497,30D      | 0,00       | 0,00     | 3.497,30D   |
| 1.2.3.1.1.03.01.02.01.01 |       | 1    | APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS.....                  |     | P   |     | 3.497,30D      | 0,00       | 0,00     | 3.497,30D   |
| 1.2.3.1.1.03.02.00.00.00 |       |      | MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO.....                |     |     |     | 4.034,00D      | 0,00       | 0,00     | 4.034,00D   |
| 1.2.3.1.1.03.02.02.01.00 |       |      | CAMARA.....   |     |     |     | 4.034,00D      | 0,00       | 0,00     | 4.034,00D   |
| 1.2.3.1.1.03.02.02.01.01 |       | 1    | MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO.....                |     | P   |     | 4.034,00D      | 0,00       | 0,00     | 4.034,00D   |
| 1.2.3.1.1.03.03.00.00.00 |       |      | MOBILIARIO EM GERAL.....                                |     |     |     | 76.684,46D     | 100,00     | 0,00     | 76.784,46D  |
| 1.2.3.1.1.03.03.02.00.00 |       |      | CAMARA.....   |     |     |     | 76.684,46D     | 100,00     | 0,00     | 76.784,46D  |

### 8.3. Anexo 3: balancete de verificação

**PREFEITURA DE TREINAMENTO**

R PROFESSOR BENEVIDES. 385

MONTES CLAROS - MG

03836351347 - CNPJ : 20.571.972/0001-43

www.treinamento.mg.gov.br

BALANÇETE DE VERIFICAÇÃO  
EXERCÍCIO 2017  
PERÍODO : 20/11/2017 A 20/11/2017  
ANALÍTICO - Somente com Movimento  
INSTITUIÇÕES : (1)PM DE TREINAMENTO

| ESTRUTURAL               | REDUZ | INST | DESCRIÇÃO DA CONTA                                      | REC | SIS | ISF | SALDO ANTERIOR      | DÉBITOS           | CRÉDITOS    | SALDO              |
|--------------------------|-------|------|---|-----|-----|-----|---------------------|-------------------|-------------|--------------------|
| 1.2.3.1.1.03.03.02.01.00 |       |      | MOBILIÁRIO EM GERAL.....                                |     |     |     | 76.684,46D          | 100,00            | 0,00        | 76.784,46D         |
| 1.2.3.1.1.03.03.02.01.01 | 8066  | 1    | MOBILIÁRIO EM GERAL.....                                | 1   | P   | P   | 76.684,46D          | 100,00            | 0,00        | 76.784,46D         |
| 1.2.3.1.1.04.00.00.00.00 |       |      | MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO..... |     |     |     | 7.097,75D           | 0,00              | 0,00        | 7.097,75D          |
| 1.2.3.1.1.04.05.00.00.00 |       |      | EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO.....              |     |     |     | 7.097,75D           | 0,00              | 0,00        | 7.097,75D          |
| 1.2.3.1.1.04.05.02.00.00 |       |      | CAMARA.....   |     |     |     | 7.097,75D           | 0,00              | 0,00        | 7.097,75D          |
| 1.2.3.1.1.04.05.02.01.00 |       |      | EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO.....              |     |     |     | 7.097,75D           | 0,00              | 0,00        | 7.097,75D          |
| 1.2.3.1.1.04.05.02.01.01 | 8072  | 1    | EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO.....              | 1   | P   | P   | 7.097,75D           | 0,00              | 0,00        | 7.097,75D          |
| 1.2.3.1.1.05.00.00.00.00 |       |      | VEICULOS EM GERAL.....                                  |     |     |     | 500,00D             | 0,00              | 0,00        | 500,00D            |
| 1.2.3.1.1.05.01.00.00.00 |       |      | CAMARA.....   |     |     |     | 500,00D             | 0,00              | 0,00        | 500,00D            |
| 1.2.3.1.1.05.01.02.00.00 |       |      | VEICULOS EM GERAL.....                                  |     |     |     | 500,00D             | 0,00              | 0,00        | 500,00D            |
| 1.2.3.1.1.05.01.02.01.00 |       |      | VEICULOS EM GERAL.....                                  |     |     |     | 500,00D             | 0,00              | 0,00        | 500,00D            |
| 1.2.3.1.1.05.01.02.01.01 | 8075  | 1    | VEICULOS EM GERAL.....                                  | 1   | P   | P   | 500,00D             | 0,00              | 0,00        | 500,00D            |
| 1.2.3.1.1.99.00.00.00.00 |       |      | DEMAIS BENS MÓVEIS.....                                 |     |     |     | 5.908,44D           | 0,00              | 0,00        | 5.908,44D          |
| 1.2.3.1.1.99.00.00.00.00 |       |      | CAMARA.....   |     |     |     | 5.908,44D           | 0,00              | 0,00        | 5.908,44D          |
| 1.2.3.1.1.99.00.00.00.00 |       |      | OUTROS BENS MÓVEIS.....                                 |     |     |     | 5.908,44D           | 0,00              | 0,00        | 5.908,44D          |
| 1.2.3.1.1.99.00.00.00.00 |       |      | OUTROS BENS MÓVEIS.....                                 |     |     |     | 5.908,44D           | 0,00              | 0,00        | 5.908,44D          |
| 1.2.3.1.1.99.99.02.01.01 | 8091  | 1    | OUTROS BENS MÓVEIS.....                                 | 1   | P   | P   | 5.908,44D           | 0,00              | 0,00        | 5.908,44D          |
| 1.2.3.2.0.00.00.00.00.00 |       |      | BENS IMOVEIS.....                                       |     |     |     | 0,00                | 300.000,00        | 0,00        | 300.000,00D        |
| 1.2.3.2.1.00.00.00.00.00 |       |      | BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO.....                         |     |     |     | 0,00                | 300.000,00        | 0,00        | 300.000,00D        |
| 1.2.3.2.1.04.00.00.00.00 |       |      | BENS DOMINICAIS.....                                    |     |     |     | 0,00                | 300.000,00        | 0,00        | 300.000,00D        |
| 1.2.3.2.1.04.01.00.00.00 |       |      | EDIFÍCIOS.....  |     |     |     | 0,00                | 300.000,00        | 0,00        | 300.000,00D        |
| 1.2.3.2.1.04.01.02.00.00 |       |      | CAMARA.....   |     |     |     | 0,00                | 300.000,00        | 0,00        | 300.000,00D        |
| 1.2.3.2.1.04.01.02.01.00 |       |      | EDIFÍCIOS.....  |     |     |     | 0,00                | 300.000,00        | 0,00        | 300.000,00D        |
| 1.2.3.2.1.04.01.02.01.01 | 8100  | 1    | EDIFÍCIOS.....  | 1   | P   | P   | 0,00                | 300.000,00        | 0,00        | 300.000,00D        |
| <b>TOTAL GERAL</b> ..... |       |      |   |     |     |     | <b>-152.652,44D</b> | <b>300.100,00</b> | <b>0,00</b> | <b>452.752,44D</b> |





